



MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER

RELATÓRIO DE GESTÃO

2009

Março de 2010

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	05
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS	
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade – Papel da Unidade na execução das Políticas Públicas	07
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades Institucionais	
2.2.1 Síntese das principais realizações em 2009	11
2.2.2 Estratégias de atuação da Unidade na execução das Políticas Públicas	15
2.2.3 Oportunidades vivenciadas a partir das ações executadas	24
2.2.4 Dificuldades encontradas e propostas para superá-las	24
2.3 Programas e ações sobre a responsabilidade da unidade	28
2.3.1 PROGRAMA 1250 – ESPORTE E LAZER DA CIDADE	
2.3.2 Principais ações do Programa	
2.3.2.1 AÇÃO 2667 – Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer	29
2.3.2.2 AÇÃO 2C60 – Desenvolvimento de Atividades Esportivas, Recreativas e de Lazer para Pessoas Adultas e da Terceira Idade – Vida Saudável	39
2.3.2.3 AÇÃO 8473 – Fomento de Eventos Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer	45
2.3.2.4 AÇÃO 2426 – Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte e de lazer – Rede CEDES	47
2.3.2.5 AÇÃO 2428 – Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e de Lazer	55

2.3.2.6	AÇÃO 8284 – Desenvolvimento de Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e Lazer	58
2.3.2.7	AÇÃO 8497 – Concessão do Prêmio de Literatura do Esporte recreativo e de Lazer/ 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer e Inclusão Social	61
2.3.2.8	AÇÃO 2448 – Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte – CEDIME	64
2.3.2.9	AÇÃO 2494 – Realização dos Jogos dos Povos indígenas	66
2.3.2.10	Ações de responsabilidade da SNDEL e executadas pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte ...	68
2.4	Desempenho Operacional	69
2.4.1	Programação orçamentária	70
2.4.2	Execução orçamentária	73
2.4.3	Evolução dos gastos gerais	80
2.4.4	Execução física e financeira	81
2.4.5	Indicadores de desempenho	83
2.4.6	Análise de desempenho	89
3.	INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	95
4.	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS - Não se aplica	100
5.	INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO	100
6.	INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO – Não se aplica	100

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA – Não se aplica	100
8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS – Não se aplica	100
9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS – Não se aplica	100
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS - Não se aplica	101
11. (A) RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - Não se aplica	101
11 (B) DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU - Não se aplica.	101
12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO – Não se aplica	101
13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV	101
14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO – Não se aplica	101
15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO – Não se aplica	101
16. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS - Não se aplica	101

RELATÓRIO DE GESTÃO

SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER

1. IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Esporte		Código SIORG: 036670	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer			
Denominação abreviada: SNDEL			
Código SIORG: 74068	Código LOA: 51101	Código SIAFI: 180008	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Regulação, controle, definição de política e coordenação do esporte e lazer; administração federal, estadual, municipal.		Código CNAE: 8412-4/00	
Telefones de contato:	(61)34296844	(61) 34296872	Fax: (61) 34296907
Endereço eletrônico: www.esporte.gov.br			
Página da Internet: http://www.esporte.gov.br/sndel/default.jsp			
Endereço Postal: SAN - Quadra 03, Lote "A" - 1º Andar, Sala 1291 – CEP 70040902 – Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 4.668, de 9 de abril de 2003			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
PORTARIA Nº 144/2008, de 09 de julho de 2008			
PORTARIA Nº 131, de 29 de setembro de 2009			

PORTARIA Nº 170, de 01 de dezembro de 2009

PORTARIA Nº 218, de 26 de novembro de 2009

PORTARIA Nº 219, de 26 de novembro de 2009

PORTARIA Nº 220, de 26 de novembro de 2009

PORTARIA Nº 222, de 07 de dezembro de 2009

PORTARIA Nº 223, de 07 de dezembro de 2009

AVISO CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2009/ME/SNDEL/REDE CEDES/PELC

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/comoParticipar.jsp>

<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>

<http://www.esporte.gov.br/arquivos/sndel/esporteLazer/orientacoesSiconv.pdf>

<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/manualIdentidadeVisual.jsp>

<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/projetoSocial/orientacoes.jsp>

<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cienciaTecnologia/sobre.jsp>

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
180002	Ministério do Esporte

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
180008	SNDEL

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
180002	00001

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade - Papel da unidade na execução das Políticas Públicas

A Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) foi criada pelo Decreto n. 4.668, de 09 de abril de 2003, tendo como referência a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), especialmente considerando o art. 217 que trata do dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais e de lazer como direito de todos os cidadãos, e o art. 218, segundo o qual o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica.

A SNDEL foi criada com a **finalidade** de assegurar a configuração de uma política social do esporte e do lazer centrada no parâmetro do desenvolvimento humano, em cooperação técnica e financeira com outros órgãos da administração pública federal, do Distrito Federal, estados, municípios, instituições de ensino superior e entidades não-governamentais sem fins lucrativos.

Finalidade consolidada e ampliada pelas contínuas demandas de interesse público, incluindo as necessidades específicas das ações estratégicas definidas pelas Conferências Nacionais de Esporte e Lazer (2004 e 2006), a Política Nacional de Esporte (2005), o Plano Nacional Desenvolvimento do Esporte (2008-2011) e os Planos plurianuais - PPAs.

As **Diretrizes** da SNDEL são:

- ✓ democratização e universalização do acesso às práticas e conhecimentos sobre esporte e o lazer a todos os cidadãos brasileiros: crianças, jovens, adultos e idosos, pessoas com deficiências, dos diferentes gêneros e etnias, com diferentes habilidades e potenciais corporais e, especialmente, pertencentes aos segmentos sociais e comunidades que vivem em circunstâncias de desvantagens educativa e econômica;

- ✓ desenvolvimento de ações educativas na perspectiva da emancipação humana, do desenvolvimento comunitário e da transformação de políticas de governo em políticas de estado com vistas à garantia de direitos;
- ✓ valorização da diversidade cultural das práticas esportivas e de lazer, em especial as de criação nacional;
- ✓ desenvolvimento de ações estratégicas que articulem pesquisa com ações educativas, informação e práticas de gestão de políticas públicas, representando experiências indispensáveis à qualificação das políticas educativas de esporte e lazer como fator de desenvolvimento humano e inclusão social e cultural;
- ✓ implementação de ações intersetoriais, ampliando abrangência de atuação sobre os dilemas e oportunidades tratados;
- ✓ articulação de redes de cooperação com universidades, estados, municípios e outros ministérios, tendo em vista o trato das demandas sociais sob sua responsabilidade;
- ✓ articulação de redes de cooperação internacional, direcionadas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia social em esporte e lazer, pautando-se pelo respeito à autonomia e a soberania cultural dos povos, assim como o espírito de colaboração solidária.

A SNDEL é responsável pelo **Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)** - Programa do tipo finalístico criado em 2003 e cujo problema gerador, que justifica a sua existência, é a desigualdade de acesso ao esporte e lazer por parcela significativa da população brasileira. São dois os eixos centrais do PELC:

1. **Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer**, nas diversas regiões do Brasil, com o objetivo de garantir o direito ao acesso de qualidade a políticas públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, para as diversas faixas etárias, garantindo a inclusão de pessoas com deficiência.

2. **Funcionamento da Rede CEDES** - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer junto às Instituições de Ensino Superior – por meio do estímulo e fomento à produção e difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, voltados à qualificação da política pública de esporte recreativo e do lazer.

O **objetivo central** do Programa é ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social. Para tanto, assume quatro estratégias básicas, a saber:

- **ESTRATÉGIA 1 - AÇÃO EDUCATIVA:** formação continuada de gestores, agentes, lideranças comunitárias, pesquisadores, legisladores e outros parceiros atuantes nas esferas públicas federal, estadual e municipal, com vistas à formulação e implementação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural.
- **ESTRATÉGIA 2 - PESQUISA:** fomento de estudos, fundamentados na pesquisa social, sobre temas prioritários para a qualificação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural, desenvolvidos por Instituições de Ensino Superior de todas as regiões brasileiras, expandindo e modernizando a base científico-tecnológica que vem sendo construída sobre esporte e lazer pela pesquisa social no Brasil.
- **ESTRATÉGIA 3 - GESTÃO COMPARTILHADA:** Política compartilhada de programas, projetos e atividades de esporte e de lazer, articulando redes de gestores, legisladores, agentes comunitários, pesquisadores e outros parceiros do PELC, estabelecendo trocas de experiências, organizando diretrizes e qualificando práticas de gestão, contribuindo com a qualificação da Política Nacional do Esporte, a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, de mecanismos e de indicadores de controle e participação social.

- **ESTRATÉGIA 4 - INFORMAÇÃO:** política de documentação, informação e difusão, articulada a “gestão do conhecimento e da informação” para subsidiar, avaliar e qualificar políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural, sistematizando e difundindo conhecimentos, dando suporte a intercâmbios nacionais e internacionais e à construção de relações estreitas entre esporte educacional, de rendimento e de lazer.

Estas são decisões estratégicas articuladas às diretrizes definidas pela SNDEL, alinhadas ao Plano de Desenvolvimento do Esporte (2008-2011) cujas principais realizações de 2009 apresentamos a seguir.

2.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1 Síntese das principais realizações em 2009

1. Concessão do Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer - “PRÊMIO BRASIL DE ESPORTE E LAZER DE INCLUSÃO SOCIAL”

O “Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social”, em sua primeira edição realizada em 2008, contou com a participação de 145 autores, com 90 trabalhos inscritos, 27 dos quais foram selecionados por uma qualificada Comissão Julgadora, para serem agraciados com o Prêmio Brasil 2008 em cinco Categorias, sendo premiados 07 trabalhos na Categoria 1 (Dissertação, Tese, Pesquisa Independente), 06 na Categoria 2 (Monografia de Graduação e Especialização), 09 na Categoria 3 (Relato de Experiência) – Categorias Regionais e 02 na Categoria 4 (Ensaio) e 03 na Categoria 5 (Mídia).

Em 2009, os trabalhos agraciados foram premiados (receberam troféus e a quantia de 8.000,00 os primeiros lugares, 5.000,00 os segundos lugares e 3.000,00 os terceiros lugares em cada Categoria).

Em 2009, ano de difusão dos premiados, os trabalhos foram socializados por todo país, por debates em seminários, meio digital e impresso (Coletânea que reuniu os 27 trabalhos classificados) e, ainda foram publicadas na íntegra os trabalhos selecionados em primeiro lugar na Categoria 1 (Dissertação, Tese e Pesquisa Independente).

2. Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer – Rede CEDES

A Rede desde a sua criação reuniu 59 Instituições de Ensino Superior, 90 Grupos de pesquisa, 90 pesquisadores coordenadores de estudos, 280 pesquisadores participantes e 304 bolsistas, entre alunos de Graduação e Pós-Graduação.

Das 22 pesquisas conveniadas em 2009, 01 é do Norte, 09 do Sudeste, 04 do Sul e 06 do Centro Oeste, incluídas as 02 pesquisas apoiadas pelo MEC.

3. Publicações

Em 2009 foram efetivadas as publicações de 20 livros. Também foram distribuídas 5.263 exemplares para autores, universidades e bibliotecas do País, participantes de eventos e parceiros dos Programas do Ministério do Esporte.

4. Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer

Além do Funcionamento de Núcleos do PELC para todas as idades e do PELC Vida Saudável (para adultos acima de 45 anos e idosos) a SNDEL consolidou parceria com o PRONASCI, com vistas a beneficiar, com ações de esporte de participação e lazer, jovens das regiões de maiores índices de violência do Brasil, desenvolvendo um programa de formação específico para o PRONASCI/PELC.

Em 2009 estiveram em execução 143 convênios para Funcionamento de Núcleos, distribuídos nas cinco regiões do Brasil e beneficiando cerca de dois milhões de pessoas em atividades e eventos de esporte recreativo e de lazer.

Os convênios para funcionamento de núcleos foram acompanhados e avaliados em 86 visitas técnicas, para fiscalização e acompanhamento da execução.

5. Ações de formação e consolidação de redes de qualificação da informação

A formação de Agentes Sociais de Esporte e Lazer é obrigatória para todos os convênios firmados e é realizada em dois módulos. Em 2009 foram realizados 155 módulos de formação, com a participação de mais de 3.000 agentes e gestores de Esporte e Lazer.

Também foram organizados dois encontros Nacionais de Formação do Programa, para formadores e pesquisadores do PELC, oportunizando a troca de informações e fomentando discussões sobre as temáticas específicas da área das políticas sociais.

6. Articulações com parcerias institucionais

1. Ministério da Justiça, para a implementação dos Núcleos PELC/PRONASCI;
2. MEC/Programa Mais Educação, para a confecção do Caderno do Macrocampo Esporte e lazer;
3. Poder legislativo, nas instâncias federal, estadual e municipal, no sentido de divulgar e consolidar papéis e responsabilidades de todos os entes envolvidos no desenvolvimento de políticas públicas de esporte, lazer e inclusão social, e pleitear emendas parlamentares para a área;
4. Ministério da Saúde, com o Programa Mais Saúde, para a realização do evento comemorativo ao dia Mundial da Atividade Física e da Saúde;
5. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, para a organização da Rede Plantar – Plano Técnico de articulação de Rede de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa.

7. Realização da Décima edição dos Jogos dos Povos Indígenas

A SNDEL, em parceria com o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, organizou e acompanhou a realização dos Jogos, que envolveram cerca de 1.200 indígenas de 33 etnias, na cidade de Paragominas (PA).

8. Concretização do PRODOC OEI/BRA-09

O Ministério consolidou parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito de Projeto de Cooperação Técnica Internacional, na execução do Projeto referente ao Acordo de Cooperação Internacional celebrado entre o Ministério do Esporte e a Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI com o acompanhamento da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, que trata do “Desenvolvimento de Processos Gerenciais e Operacionais no Ministério do Esporte para a Implantação dos Espaços Urbanos de Convivência Comunitária” - denominado PRODOC OEI/BRA - 09/002, contratando consultorias especializadas.

9. Inclusão das temáticas de Esporte e lazer nos diferentes segmentos, com participação de representantes da SNDEL

1. 3ª Conferencia Nacional do Esporte.
2. Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETIC
3. Comissão de Esporte e Aventura do Ministério do Turismo
4. Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (CONADE)
5. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
6. Grupo de trabalho sobre População de Rua

2.2.2 Estratégias de atuação da Unidade na execução das Políticas Públicas

FOCO DA SNDEL: ampliação do acesso às vivências e ao conhecimento do esporte recreativo e do lazer.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA: a população em geral, gestores da área de políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, comunidade acadêmica e agentes sociais, priorizando os grupos em condição de desigualdade social.

➤ ESTRATÉGIA 1 - AÇÃO EDUCATIVA

A principal meta deste grupo de ações é a formação de gestores e lideranças comunitárias, no tocante às possibilidades e importância do desenvolvimento de políticas públicas de esporte e de lazer, além de favorecer a integração comunitária, a elevação da auto-estima dos participantes e contribuir com o acesso a estes direitos sociais.

As ações de Funcionamento de Núcleos (2667 e 2C60) vêm sendo pautadas, sistematicamente, para compor políticas públicas intersetoriais, como o Pronasci, o Mais Educação, o Mais Saúde, entre outras, além de receber um aumento sistemático de recursos, via emendas parlamentares, o que pode ser um forte indicativo de consolidação, enquanto política pública de esporte e de lazer.

A execução das ações se dá via transferências voluntárias a entes federados a entidades privadas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza vinculada ao esporte e ao lazer. Considerando o orçamento restrito de “Recursos Nacionais” e o contingenciamento orçamentário não foi realizado, em 2009, Edital de Chamada Pública, já providenciado para 2010. No exercício orçamentário em questão foram realizados convênios com entidades que haviam tido seus projetos aprovados, no Edital 2008, e com parceiros que tiveram seus convênios encerrando durante o exercício e demonstraram uma boa execução.

Os convênios prevêem a implantação e o funcionamento de núcleos que promovem o desenvolvimento de atividades educativas de esporte recreativo e lazer, incluindo o de criação nacional e de identidade cultural, para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiências, com atividades sistemáticas como oficinas de esporte recreativo, jogos danças, ginástica, teatro, música, orientação a caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular, na realização de macro eventos de lazer.

Os 74 convênios para funcionamento de núcleos, referentes aos empenhos realizados em 2009, equivalem a, aproximadamente, 265 núcleos de esporte recreativo e de lazer. Cada núcleo da ação 2667 e do Pronasci/Pelc conta, em média, com 400 inscritos nas atividades sistemáticas e 4.000 beneficiados, incluindo a participação nos eventos. Nos Núcleos do Vida Saudável a relação média é de 200 inscritos e 2.000 beneficiados, apesar deste número vir sendo ampliado, por conta das academias que são montadas para o público idoso.

a) Principais ações:

Funcionamento de Núcleos do PELC para todas as idades: Promove o desenvolvimento de atividades educativas de esporte recreativo e lazer, incluindo o de criação nacional e de identidade cultural, para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiências, em núcleos com atividades sistemáticas como oficinas de esporte recreativo, jogos, danças, ginástica, teatro, música, orientação a caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular, na realização de macro eventos de lazer.

Funcionamento de Núcleos do PELC Vida Saudável: Promove o desenvolvimento de atividades educativas de esporte recreativo, de lazer e físicas, para pessoas com idade acima de 45 anos, incluindo pessoas com deficiências, em núcleos com atividades sistemáticas como oficinas de esporte, dança, ginástica,

teatro, música, orientação a caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular, na realização de macro eventos de lazer.

Funcionamento de Núcleos do PRONASCI/PELC: Em parceria com o Ministério da Justiça, integrando o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), de enfrentamento à violência e voltado para jovens de 15 a 24 anos, fomenta o desenvolvimento de atividades físicas, jogos, oficinas artísticas e culturais, skate, salas de leitura e de discussão de filmes, artes marciais, capoeira, ginástica e outras, específicas da cultura juvenil local, seguindo as diretrizes do Programa, atentando para as necessidades e interesses da juventude.

b) Formas de participação:

O Funcionamento de Núcleos do PELC é desenvolvido por órgãos públicos federais, estaduais, municipais e organizações não-governamentais. O apoio financeiro e pedagógico para estas ações se dá via seleção de projetos por meio de Chamadas Públicas, divulgadas pelo Portal do Ministério do Esporte e Diário Oficial, ou definido por Emendas Parlamentares.

O Funcionamento do Núcleo do PRONASCI/PELC acontece nas comunidades mais expostas à violência segundo estatísticas nacionais, indicadas pelo Ministério da Justiça.

➤ **ESTRATÉGIA 2 - PESQUISA**

A principal meta desta estratégia é o fomento de estudos fundamentados na pesquisa social, sobre temas prioritários para a qualificação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social e cultural, desenvolvidos por Instituições de Ensino Superior de todas as regiões brasileiras.

a) Principal ação:

Rede CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte e Lazer: A Rede fomenta a produção e difusão de pesquisas induzidas e semi-induzidas, selecionadas via Chamada Pública divulgada pelo Portal do Ministério do Esporte e o Diário Oficial, considerando nove linhas temáticas:

1. Memória da educação física, do esporte e do lazer no Brasil.
2. Perfil do esporte e do lazer dos estados e municípios brasileiros.
3. Avaliação de políticas públicas e programas de esporte e lazer (desenvolvidos pelo governo federal, em particular os Programas do Ministério do Esporte: Esporte e Lazer da Cidade, Segundo Tempo, Pintando a Liberdade, Bolsa Atleta).
4. Novos programas sociais de esporte e lazer de alcance nacional (estudos que subsidiem o atendimento de demandas específicas como: fases da vida, gêneros, etnias/raças, deficientes, famílias, populações rurais, populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, manifestações de identidade nacional, etc.).
5. Observatório do esporte (estudos sobre torcidas organizadas, violência no esporte, mídia esportiva, políticas públicas de esporte, legislação esportiva, educação olímpica, esporte escolar e universitário, megaeventos esportivos, futebol, dentre outros temas).
6. Programas intersetoriais (estudos que subsidiem ações integradas do esporte e lazer com outras áreas da política pública brasileira: educação, saúde, justiça, trabalho, juventude, cultura, desenvolvimento social, meio ambiente, turismo, dentre outras).
7. Gestão do esporte e do lazer (estudos sobre planejamento, gestão de pessoas, atividades, ação comunitária, animação sociocultural, metodologias, controle social e outros temas que qualifiquem a gestão do esporte e do lazer).
8. Infra-estrutura de esporte e lazer (estudos sobre implantação, manutenção, uso, acessibilidade e novas tecnologias de infra-estruturas, prioritariamente públicas).

9. Sistema Nacional de Esporte e Lazer (estudos sobre fundamentos e referências, eixos e marcos legais, redes de interações, dentre outros aspectos fundamentais para a criação e implementação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer).

Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social: Tendo como objetivos incentivar, apoiar e valorizar produções científicas, tecnológicas, jornalísticas e pedagógicas que contribuam para a qualificação e inovação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social. Concurso realizado bianualmente com conseqüente premiação e difusão dos três primeiros trabalhos classificados, por mérito, em cada uma das seguintes Categorias, a saber:

- Categorias com Premiação Regional:

Categoria 1: Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e Pesquisas Independentes

Categoria 2: Monografias de Graduação e Especialização Lato Sensu

Categoria 3: Relatos de Experiências

Categorias com Premiação Nacional:

Categoria 4: Ensaio

Categoria 5: Mídias: (1) Jornalismo impresso; (2) Telejornalismo; (3) Fotojornalismo; (4) Webjornalismo; (5) Áudio visual educativo

O Regulamento do Prêmio é divulgado via Edital pelo site do Ministério do Esporte (www.esporte.gov.br), por meio do qual também são socializados o livro, vídeos e catálogo que reúnem as obras e os autores premiados.

➤ **ESTRATÉGIA 3 - GESTÃO COMPARTILHADA**

A principal meta desta estratégia é a articulação de redes de gestores, legisladores, agentes comunitários, pesquisadores e outros parceiros do PELC, para organizar e qualificar práticas de gestão que contribuam com a qualificação de mecanismos e de indicadores de controle e participação social.

a) Principais ações:

Eventos científicos e tecnológicos de esporte e lazer: Apoio e/ou realização de conferências, congressos, seminários, palestras, reuniões técnicas, entre outros eventos de abrangência nacional e/ou internacional, promovendo intercâmbios científicos e tecnológicos, assim como a divulgação, transmissão e disponibilização, em meios eletrônicos e impressos, dos registros relativos aos conteúdos desenvolvidos. São apoiados projetos de educação física, esporte e lazer, de abrangência nacional e/ou internacional, desenvolvidos em continuidade, selecionados pela SNDEL, dentre os inscritos nesta Secretaria.

Eventos interdisciplinares de esporte e lazer: Apoio a projetos de eventos de natureza interdisciplinar, de abrangência nacional, articulando a discussão sobre esporte recreativo e lazer, inclusive de criação nacional e identidade cultural, com temas afetos ao meio ambiente, à educação, à cultura e à saúde, dentre outras ações transversais.

Formação de gestores, agentes comunitários e formadores: Em parceria com universidades, ministérios e outros órgãos públicos, realização de cursos, palestras e seminários presenciais e à distância sobre políticas públicas de esporte e lazer.

Cooperação e intercâmbio técnico-científico: Promoção de ações de cooperação e intercâmbio institucional, em âmbito nacional e internacional, com vistas

ao fomento do desenvolvimento do esporte e do lazer a partir da troca de conhecimentos e experiências, estudos e pesquisas.

Ações intersetoriais:

1. Realização dos “Jogos dos Povos Indígenas”, integrando os Ministérios do Esporte, Justiça, Educação, Saúde, com o Comitê Intertribal, a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, governos municipais e estaduais e outros parceiros.

2. Realização de ação integrada do Ministério do Esporte/Programa Esporte e Lazer da Cidade e Ministério da Educação/Programas Mais Educação e Escola Aberta com desenvolvimento de atividades de abrangência nacional e internacional - “Esporte, Lazer e Educação Integral”.

3. Organização do Caderno do Macrocampo Esporte e lazer; do Programa Mais Educação do MEC.

4. Organização e participação no Programa Mais Saúde, para a realização do evento comemorativo ao dia Mundial da Atividade Física e da Saúde, com o Ministério da Saúde, e consolidação do Plano Nacional de Atividade Física.

5. Participação na organização da Rede Plantar – Plano Técnico de articulação de Rede de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa, com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

6. Contratação de Consultores especializados, através do Projeto de Cooperação Técnica Internacional celebrado entre o Ministério do Esporte e a Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI com o acompanhamento da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, para o “Desenvolvimento de Processos Gerenciais e Operacionais no Ministério do Esporte para a Implantação dos Espaços Urbanos de Convivência Comunitária” - PRODOC OEI/BRA - 09/002.

7. Realização de análise técnica e pareceres dos Projetos da Lei de Incentivo ao Esporte, na área do esporte de participação, até o mês de outubro.

➤ **ESTRATÉGIA 4 - INFORMAÇÃO**

A principal meta desta estratégia é a sistematização e difusão de conhecimentos, dando suporte a intercâmbios nacionais e internacionais e à construção de relações estreitas entre esporte educacional, de rendimento e de lazer.

a) Principais ações: As ações desenvolvidas integram as atividades do CEDIME – Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte, sob a responsabilidade da SNDEL.

Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte – CEDIME: Objetiva documentar, preservar e difundir conhecimentos e informações científicas, tecnológicas de esporte e lazer, sendo um dos instrumentos básicos para a implementação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer. Utiliza-se de meios eletrônicos (digitalização, armazenamento e disponibilização de documentos, imagens e informações) e físicos (edição e distribuição de catálogos, livros, periódicos científicos, entre outros). Suas ações associam a recuperação e manutenção de acervos documental, museológico e bibliográfico com possibilidade de acesso aberto a diferentes públicos interessados em esporte e lazer, como pesquisadores, gestores, estudantes, comunidades, dentre outros.

b) Principais atividades:

Centros de Memória e Museus: Apoio à pesquisa em educação Física, esporte e lazer, organização e catalogação, bem como recuperação, preservação, conservação e segurança de acervos, conforme projeto museológico do Centro.

Periódicos: Apoio a periódicos brasileiros que registram, difundem e compartilham publicamente (por meio impresso e digital) o conhecimento construído nas áreas da Educação Física, do Esporte e do Lazer, contribuindo com o avanço qualitativo dos estudos e experiências desenvolvidas nestas áreas.

Publicações: produção e difusão de publicações impressas e digitais de esporte e lazer, que possam contribuir com o desenvolvimento científico, tecnológico e pedagógico das políticas públicas nestes campos.

Repositório da Rede CEDES: espaço para preservação da produção da Rede CEDES através do arquivamento, discussão, acesso, democratização e publicização das pesquisas e publicações dos seus pesquisadores. O repositório permite o gerenciamento da produção científica na forma digital, dando-lhe maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo.

c) Formas de participação

Nos eventos, cursos e publicações: Análise e seleção individual de pleitos, para apoio técnico e apoio financeiro dentro do limite orçamentário da SNDEL, considerando os critérios pré-estabelecidos nas diretrizes e estratégias de cada ação, os princípios da democratização e da priorização social e o equilíbrio regional.

No Centro de memórias e museus: Seleção por meio de Edital Público: seleciona projetos elaborados por pessoas jurídicas de direito público e privado sem fins lucrativos interessados em obter apoio financeiro por meio de Chamadas Públicas, divulgadas pelo Portal do Instituto Brasileiro de Museus/IBRAM e Diário Oficial, ou definido por Emendas Parlamentares.

2.2.3 Oportunidades vivenciadas a partir das ações executadas

- A livre adesão e motivação dos pesquisadores, agentes e gestores para o trabalho cooperativo, consolidando a ação em “rede”;
- A consolidação de parcerias para a execução de atividades científicas, pedagógicas e técnicas;
- A interface com o Ministério da Educação, protagonizada pela SNDEL, para realização de pesquisas e publicações que atendam demandas de indígenas e quilombolas, e a qualificação do Sistema de Formação do PELC;
- O reconhecimento da ação política, científica e pedagógica pelo Governo (Federal, estadual e municipal), Universidades e gestores do esporte.

2.2.4 Dificuldades encontradas e propostas para superá-las

1 - Poucos recursos da Secretaria para garantir o atendimento da demanda nacional, conforme percebido neste relatório.

Propostas:

- consolidação de parcerias;
- valorização do trabalho consorciado/integrado entre Núcleos de Esporte Recreativo e Grupos e Núcleos de Pesquisa;
- revisão do enfoque dos Programas do Ministério do Esporte, no sentido de consolidar seu papel de formadores de agentes multiplicadores da Política Nacional de Esporte e Lazer.

2 - Integração insuficiente entre os Programas do Ministério e desses com as demais Políticas Federais relacionadas.

Propostas:

- realização de diagnóstico compartilhado e participativo, que aponte para medidas de ações intersetoriais que assumem o esporte/lazer como eixo articulador;
- socialização das informações acerca dos programas e ações;
- estabelecimento de parcerias;
- apoio às políticas de outros ministérios;
- formação de agentes para qualificação de trabalho intersetorial.

3 – Fragilidade na garantia de atuação dos agentes como multiplicadores da educação para e pelo esporte/lazer:

Propostas:

- ações de formação continuada;
- construção de uma proposta que subsidie a ação por meio da ampliação da abrangência da formação;
- maior aproximação entre pesquisadores e formadores (pesquisa, produção de material didático, participação em formação);
- proposta de criação de um material didático para subsidiar a formação continuada para e pelo esporte/lazer.

4 - Inexistência de um Sistema Nacional que defina papéis/responsabilidades de cada ente da Federação e contribua com o desenvolvimento da área:

Propostas:

- criação de uma ação que favoreça e subsidie a gestão compartilhada;
- utilização da informação (pesquisa perfil, diagnóstica e outras) como forma de conhecimento da realidade que pode contribuir com a consolidação de um Sistema Nacional de Esporte e de Lazer a partir de demandas e potencialidades da realidade;
- realização de cursos de gestão com vistas ao debate que qualifique parceiros para a implantação do Sistema Nacional de Esporte.

5 - Pouca compreensão da sociedade, reforçada pela atuação da mídia acerca da importância do esporte e do lazer como políticas sociais:

Propostas:

- realização de pesquisas que qualifiquem a política de esporte e lazer do Ministério, ampliando leituras críticas da realidade;
- socialização dos resultados de pesquisas para diferentes agentes (estudiosos, formadores, gestores, população), por diferentes meios (digitais e impressos) no sentido da qualificação da política de esporte e lazer do Ministério.

6 - Fragilidade da estrutura do Ministério, especialmente no tocante à infra-estrutura e recursos humanos, gerando lentidão e burocratização nos trâmites internos.

Propostas:

- qualificação continuada dos recursos humanos envolvidos com a política do Ministério;
- necessidade de revisão do Regimento Interno do Ministério;
- necessidade de ação integrada entre as secretarias meio e fim;
- planejamento e reorganização dos Departamentos da SNDEL;
- nomeação dos concursados para suprir as demandas já mencionadas.

7 - Dificuldades de garantir a priorização das diretrizes do Programa Esporte e Lazer da Cidade em alguns espaços onde o mesmo é implementado.

Propostas:

- investimentos permanentes em formação de gestores e agentes;
- formação de quadro de profissionais para acompanhamento e fiscalização dos convênios;
- reunião Nacional anual dos gestores e agentes do Programa.

8 – Falta de integração efetiva entre conhecimento (pesquisa, formação e difusão), infra-estrutura e funcionamento dos núcleos entre si e com as outras áreas das políticas sociais.

Proposta:

- construção de proposta de diálogo permanente entre construção, manutenção, formação e animação dos espaços.

9 - Inexistência de um sistema on-line para criar uma tecnologia informacional na SNDEL que permita a gestão, o processamento e a disseminação da informação de forma eficaz.

Propostas:

- reunião, arquivamento e disponibilização da produção científica e tecnológica, subsidiando planejamento do Balanço da Rede CEDES;
- criação do repositório da Rede CEDES como meio digital para preservação e socialização de conhecimentos e informações científicas, tecnológicas e pedagógicas - experiência piloto de parceria tecnológica e operacional entre o DCTEC/ SNDEL, IBICT /MCT e Instituições de Ensino Superior;
- oferta de serviços complementares de comunicação em rede e treinamento/ formação para auto-arquivamento e utilização dos serviços do repositório aos pesquisadores e gestores públicos da Rede CEDES;
- planejamento, administração, assessoria e prestação de serviços em rede e sistemas em bibliotecas em centros de documentação e/ou serviços de informação;
- desenvolvimento de atividades vinculadas à informação e comunicação no campo da ciência do esporte e lazer;
- elaboração de planilhas gerenciais e relatórios;
- execução das atividades relacionadas ao levantamento e organização do acervo documental e bibliográfico;
- preservação do patrimônio documental, recuperação da informação e elaboração de instrumento de pesquisa; elaboração de projetos, planejamento e implantação de sistemas arquivísticos;
- conhecimento das normas da ABNT e diagramação de livros e revistas;
- redação de correspondências e documentos de rotina e executar outros serviços correlatos.

2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.1. PROGRAMA 1250 – ESPORTE E LAZER DA CIDADE

Dados Gerais do Programa

<i>Tipo de Programa</i>	<i>Finalístico</i>
Objetivo Geral	Democratizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões.
Objetivos específicos	Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.
Gerente do Programa	Rejane Penna Rodrigues
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores utilizados	Taxa de atendimento da demanda por esporte recreativo e de lazer às pessoas em situação de vulnerabilidade social.
Público alvo	Famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita e sem rendimento.

2.3.2. Principais Ações do Programa

2.3.2.1 - AÇÃO 2667 – Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer

Dados Gerais

<i>Tipo</i>	Orçamentária, direta e descentralizada
<i>Finalidade</i>	Promover o desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer, incluindo o de criação nacional e de identidade cultural, para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, visando garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer.
<i>Descrição</i>	Apoio ao funcionamento de núcleos de esporte e lazer em organizações não-governamentais, órgãos públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, com a disponibilização de recursos para contratação e formação permanente de Agentes Sociais de Esporte e Lazer, aquisição e/ou locação de materiais de consumo e materiais permanentes, relacionados ao esporte e ao lazer, didáticos e administrativos. Na ação o valor de cada núcleo é estimado em R\$ 70.000,00 e beneficia a, aproximadamente, 4.000 pessoas, entre as participantes das atividades sistemáticas e dos eventos.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
<i>Coordenador Nacional da ação</i>	Cláudia Regina Bonalume
<i>Unidades executoras</i>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer

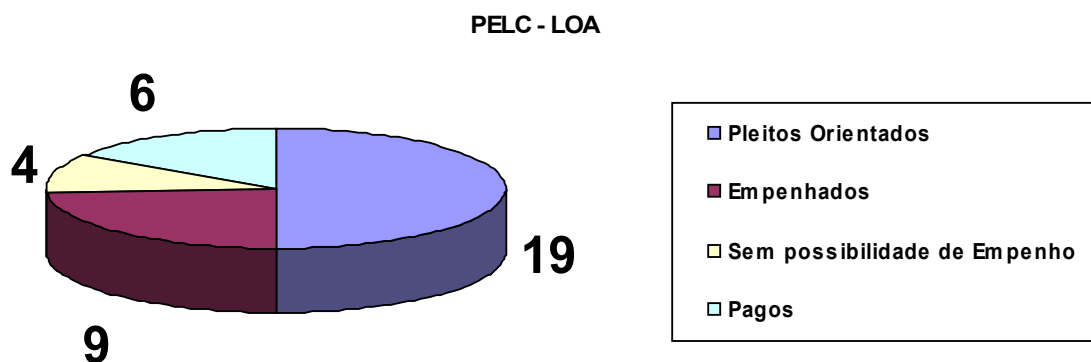
Principais resultados:

LOA mais créditos 2009

META	PREVISTAS	REALIZADAS	EMPENHADAS	EXECUÇÃO/ PREVISÃO*
Financeira (R\$)	32.008.000,00	1.334.472,86	17.704.563,12	55,31%
Física	418.752	291.200	833.155	199%

* Tendo por base os valores empenhados.

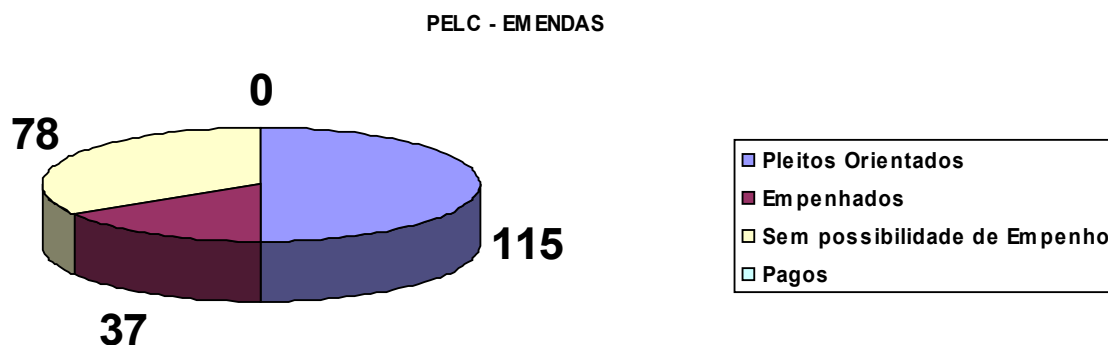
PELC- LOA	
Pleitos Orientados	19
Empenhados	09
Sem possibilidade de Empenho	04
Pagos	06



Em 2009 a ação 2667 dispunha, inicialmente, de um orçamento de R\$ 5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil reais). Para definição da destinação

destes foi utilizada a carteira de projetos aprovados em 2008 e selecionados alguns pleitos de entidades que estavam com execução satisfatória e tiveram suas vigências encerradas no decorrer do exercício orçamentário. Considerando o limite orçamentário, foram selecionados, para conveniamento, 19 pleitos, dos quais 06 estavam pagos (sendo que três foram destaques a entidades federais) e 09 empenhados, em 31 de dezembro de 2009. Quatro (04) pleitos não puderam ser empenhados por falta de limite orçamentário, devido ao contingenciamento.

PELC- EMENDAS	
Pleitos Orientados	115
Empenhados	37
Sem possibilidade de Empenho	78
Pagos	00



Além dos recursos da Nacional, a Ação recebeu o montante de R\$ 26.440.138,06 de emendas parlamentares. Destes, 53 indicaram 115 entidades, das quais 37 estavam com os projetos empenhados em 31 de dezembro de 2009, embora nenhum deles tenha sido pago no decorrer do exercício.

A quantidade de emendas indicadas (mais de 80% do valor total do orçamento da ação) pode ser considerada como um indicativo da efetividade da ação, ou seja, na medida em que a sociedade a conhece reconhece sua importância enquanto política social e passa a demandá-la junto aos parlamentares, em suas bases.

Cumprir justificar alcance de quase 200% da meta física (considerando os valores empenhados), deve-se ao fato de as metas físicas previstas no SIGPLAN, não corresponderem à base de cálculo do Programa: valor total do recurso (R\$ 32.008.000,00) dividido pelo custo núcleo (R\$ 85.000,00) multiplicados pelo número de beneficiados por núcleo (4.000 pessoas), o que indica que as metas físicas previstas deveriam ser de 1.506.000 pessoas beneficiadas.

A baixa execução das metas financeiras tem sua causa principal na não execução de emendas parlamentares, pelos motivos que serão elencados no item dificuldades.

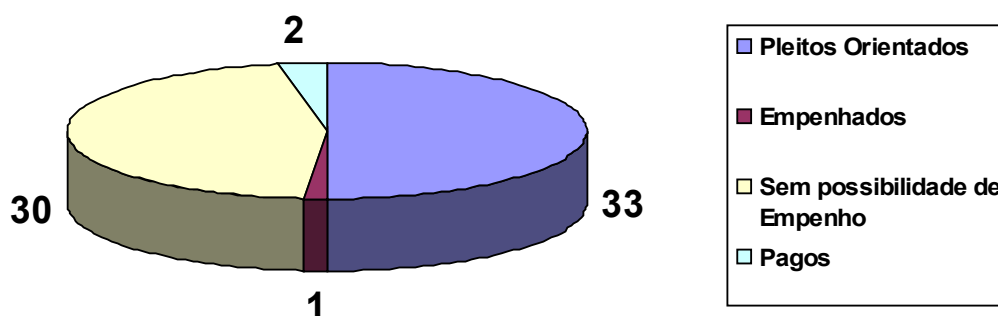
PRONASCI/PELC

META	PREVISTAS*	REALIZADAS	EMPENHADAS	EXECUÇÃO (empenhado)
Financeira (R\$)	18.601.581,3 2	1.019.944,00	2.939.943,40	15,80%
Física	875.368	47.997	138.350	15,80%

* São consideradas como previstas as demandas indicadas pelo Ministério da Justiça ao Programa. Vale informar que só o recurso empenhado foi repassado ao Ministério do Esporte.

PRONASCI-PELC	
Pleitos Orientados	33
Empenhados	01
Sem possibilidade de Empenho	30
Pagos	2

PRONASCI-PELC



A parceria com o Ministério da Justiça, Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI) indicou ao orçamento do Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, para ser pago via destaque orçamentário para a ação 06422145388530001, o montante de R\$ 18.601.581,32, para o desenvolvimento de atividades de esporte recreativo e de lazer a jovens, de 15 a 24 anos, envolvidos ou com potencial para envolvimento em situações de violência, e suas comunidades. Foram indicados, para receberem recursos, 33 municípios, nos quais os índices de violência são elevados. Destes 02 estavam pagos e 01 empenhado, em 31 de dezembro de 2009. A baixa execução físico-financeira deveu-se, principalmente, ao fato de o Ministério da Justiça ter tido seu orçamento contingenciado, o que impossibilitou o repasse do recurso para empenho e pagamento dos demais

processos, que foram devidamente instruídos pela Secretaria e continuam no aguardo de recursos.

Total de dados físicos e financeiros: Nacional, emendas e Pronasci/Pelc

META	PREVISTAS	REALIZADAS	EMPENHADAS	EXECUÇÃO/ PREVISÃO*
Financeira (R\$)	50.609.581,3 2	2.354.446,86	20.644.506,52	40,79%
Física	1.294.120	339.197	971.505	75,07%

Somando-se os recursos da LOA (incluindo emendas) com os do Pronasci os núcleos de esporte recreativo e de lazer implementados a partir dos recursos empenhados em 2009 devem beneficiar a 971.505 pessoas com atividades sistemáticas e eventos de esporte recreativo e de lazer, em todo o país.

No tocante aos custos do Programa, o valor per capita é de R\$ 21,25 ao ano. Considerando-se que o cálculo de beneficiados resulta dos inscritos nas atividades regulares, mais os participantes dos eventos, podemos afirmar que esse valor é extremamente baixo e a relação custo-benefício elevada.

A formação é, também, parte constitutiva do Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, sendo obrigatória para todos os convênios firmados, e é realizada em dois módulos, de 32 horas cada, sendo o primeiro “Introdutório”, desenvolvido no início das atividades, e o segundo, de “Avaliação”, subdividido em 16 horas na metade da execução e outras 16 no final. Para o desenvolvimento destes módulos a Secretaria capacita, sistematicamente, um grupo de formadores. No ano de 2009 os mesmos tiveram dois Encontros Nacionais, para discutirem e qualificarem o processo de formação.

Considerando os módulos introdutório e de avaliação, em 2009 foram realizados 124 cursos, que envolveram mais de 4.000 agentes e gestores de esporte

recreativo e de lazer. Além disso, a entidade conveniada deve realizar o módulo de aprofundamento, que consiste de atividades sistemáticas de planejamento e estudos com seus agentes.

Os convênios são acompanhados e avaliados em visitas técnicas realizadas, na medida do possível, considerando a escassez de recursos humanos. Em 2009 foram realizadas 86 visitas técnicas, envolvendo as ações 2667 e 2C60, 14 delas motivadas por denúncias de descumprimento do objeto pactuado e, as demais, ocorreram para fiscalização e acompanhamento da execução. As referidas visitas resultaram em diversos ajustes demandados aos convenientes e em cinco solicitações de rescisão do convênio, após a constatação do não cumprimento do objeto, apesar de garantido o direito de ajuste à entidade.

Principais dificuldades

1. O elevado número de entidades que não conseguiram dar prosseguimento ao processo de conveniamento, apesar da orientação oferecida, especialmente no caso das emendas parlamentares. As justificativas são: demora de alguns parlamentares para indicar as entidades, o que gerou grande acúmulo no final do ano e falta de limite orçamentário para empenho, no Ministério, a partir de 20 de dezembro; dificuldades relativas a pouca estrutura e conhecimento de algumas entidades, em relação a legislação para convênios; e o número reduzido de técnicos do Ministério do Esporte que podem auxiliar no preenchimento dos projetos.
2. O fato de mais de 80% do recurso da ação ser proveniente de emenda parlamentar é considerado positivo, no tocante ao reconhecimento da ação e de esporte e lazer enquanto direitos sociais, por outro lado, gera uma série de dificuldades operacionais, como as anteriormente mencionadas, e não permite que critérios utilizados para a execução da ação, como a seleção de entidades por edital de chamada pública, que considere as demandas e necessidades regionais, possam ser aplicados.
3. Contingenciamento orçamentário do Ministério do Esporte e, no tocante ao Pronasci/Pelc, do Ministério da Justiça, que impediu a formalização de diversos convênios.

4. Falta de estrutura e recursos humanos: a estrutura física e de recursos humanos, para desenvolvimento de todas as ações que envolvem a execução (seleção de pleitos, orientação, conveniamento, monitoramento, avaliação, formação e prestação de contas), não acompanhou a evolução orçamentária da ação (de pouco mais de 10 milhões em 2004 para mais de 32 milhões em 2009).

Contratações e parcerias

A ação conta com parcerias que contribuem significativamente com sua qualificação, tais como:

1. com a Rede CEDES, ação que também faz parte do Programa Esporte e Lazer da Cidade, e pela produção e difusão de conhecimentos relacionados ao esporte recreativo e de lazer qualifica as políticas públicas de esporte e lazer, entre as quais a ação se inclui;
2. com outros programas federais como o Pronasci, o Mais Educação, o Escola Aberta, Mais Saúde, entre outros permitem que a ação tenha reforçado seu caráter intersetorial, que é imprescindível para sua qualificação.

Por conta de um aporte financeiro do Pronasci/Ministério da Justiça, a ação pode contar com consultores contratados, via Prodoc, pela parceria com a OEI e que têm atuado diretamente na orientação, acompanhamento e qualificação da execução.

Transferências

A ação é viabilizada via transferências voluntárias, através de convênios e destaques orçamentários a organizações públicas e privadas, sem fins lucrativos. Em 2009 os pleitos foram selecionados, basicamente, de três formas: edital de seleção de projetos; possibilidade de continuidade de execução considerada satisfatória, porém sem condições de manter o programa com recursos próprios; indicações de parlamentares via emenda; indicação do Ministério da Justiça pelo Pronasci.

Os convênios empenhados e pagos, com os recursos da própria ação constam da planilha Anexo I e ficaram assim distribuídos:

Região Norte: 04 convênios

Região Sul: 09 convênios

Região Centro-Oeste: 18 convênios

Região Sudeste: 15 convênios

Região Nordeste: 10 convênios

Não há uma distribuição regional, que considere as diversidades quanto ao número de habitantes e as necessidades locais. Isto se deve ao fato de mais de 80% dos recursos da ação serem provenientes de emendas parlamentares, o que impede que o poder executivo contemple o critério de distribuição equânime entre as regiões.

Outro fator a ser destacado diz respeito à natureza das entidades para as quais os recursos são transferidos, via convênio. Com a verba “nacional” esta distribuição foi equânime, ou seja, 50% para entidades privadas sem fins lucrativos e 50% para públicas, já no que diz respeito aos recursos das emendas tivemos 3 vezes mais entidades privadas do que públicas. Este aspecto é considerado negativo, se lembrarmos que uma das principais metas do Programa é garantir, com seu caráter educativo, que o mesmo contribua com o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e de lazer, em nível local, o que é mais difícil de acontecer quando envolve entidades privadas, uma vez que estas geralmente não dispõem de fontes de financiamento para a auto-gestão destas políticas. Ao longo dos seis anos de existência do Programa já foi possível constatar que diversas Prefeituras mantiveram as ações desenvolvidas durante o período de conveniamento, após o encerramento da parceria, incorporando-as às políticas locais de garantia dos direitos sociais. Este tipo de resultado faz com que se comece a vislumbrar a possibilidade de termos políticas públicas de esporte e de lazer avançando de ações de governos para ações de Estado.

Outra questão que vale salientar é a grande dificuldade das entidades, tanto públicas quanto privadas sem fins lucrativos, para elaboração dos projetos, preenchimento do SICONV, execução adequada do objeto pactuado e prestação de contas. Esta dificuldade é ainda maior nas entidades indicadas por emenda parlamentar. Acreditamos que a falta de recursos humanos qualificados em áreas diversas como: elaboração de Projetos; monitoramento de sistemas de execução; gestão de recursos humanos; aquisição de materiais e equipamentos; e prestação de contas, seja a principal causa dos problemas enfrentados pelas entidades, além, é claro, de algumas situações que caracterizam má fé. Com vistas a amenizar estas dificuldades, a equipe técnica que atua na ação desempenha um papel de orientação em todas as etapas e, além disso, foram desenvolvidos manuais de apoio, que estão disponibilizados no site do Ministério. Quando constatada a não execução adequada do objeto e esgotadas as possibilidades de correção, o convênio é rescindido e os recursos devolvidos.

2.3.2.2 - AÇÃO 2C60 – Desenvolvimento de Atividades Esportivas, Recreativas e de Lazer para Pessoas Adultas e de Terceira Idade – Vida Saudável

Dados Gerais

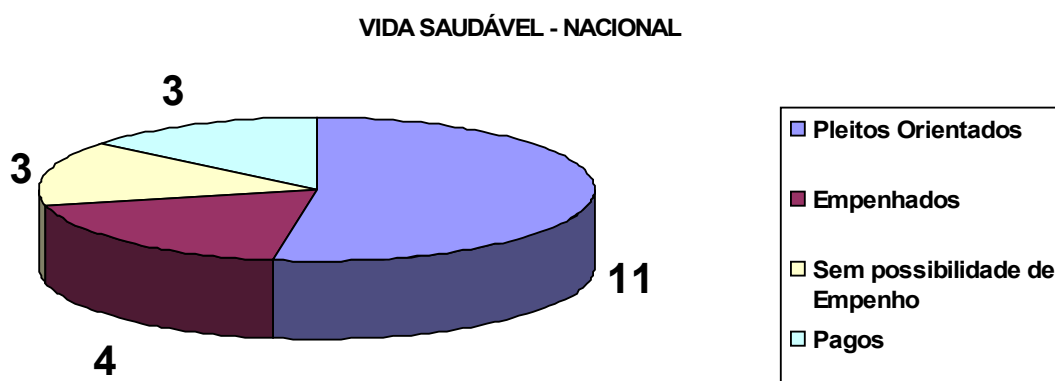
<i>Tipo</i>	Orçamentária, direta e descentralizada
<i>Finalidade</i>	Promover o desenvolvimento de núcleos de atividades físicas, esportivas e de lazer, à faixa etária a partir de 45 anos, com vistas à melhoria da qualidade de vida dessa população, atendendo, também, pessoas com deficiência, em atividades sistemáticas de oficinas de esporte, dança, ginástica, teatro, música, orientação a caminhada, capoeira e outras dimensões da cultura local, bem como a organização popular, na realização de eventos de lazer.
<i>Descrição</i>	Apoio ao funcionamento de núcleos de Vida Saudável, em organizações não-governamentais, órgãos públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, com a disponibilização de recursos para contratação e formação permanente de Agentes Sociais de Esporte e Lazer, aquisição e/ou locação de materiais de consumo e materiais permanentes e/ou equipamentos esportivos e de lazer, didáticos e administrativos. Cada núcleo do Vida Saudável custa, em média, R\$ 40.000,00 e beneficia cerca de 2.000 pessoas, entre as atividades sistemáticas e os eventos.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
<i>Coordenador da ação</i>	Cláudia Regina Bonalume
<i>Unidades executoras</i>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer

Resultados

LOA mais créditos 2009

META	PREVISTAS	REALIZADAS	EMPENHADAS	EXECUÇÃO/ PREVISÃO
Financeira (R\$)	2.820.000,00	659.108,00	1.907.699,17	67,65%
Física	57.440	227.200	279.224	486%

VIDA SAUDÁVEL - Nacional	
Pleitos Orientados	11
Empenhados	4
Sem possibilidade de Empenho	3
Pagos	3

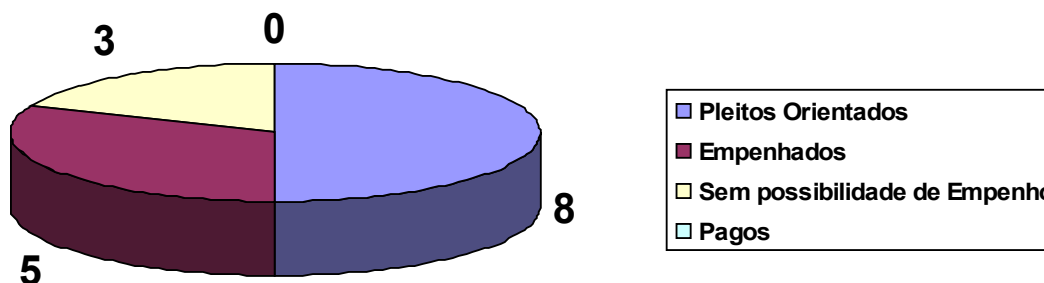


Em 2009 a ação 2C60 dispunha, inicialmente, de um orçamento de R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais). Para definição da destinação destes foi utilizada a carteira de projetos aprovados em 2008 e selecionados alguns pleitos de

entidades que estavam com execução satisfatória e tiveram suas vigências encerradas no decorrer do exercício orçamentário. Considerando o limite orçamentário, foram selecionados, para conveniamento, 11 pleitos, dos quais 04 estavam pagos e 03 empenhados, em 31 de dezembro de 2009. Três (03) pleitos não puderam ser empenhados por falta de limite orçamentário, devido ao contingenciamento.

Vida Saudável - EMENDAS	
Pleitos Orientados	8
Empenhados	5
Sem possibilidade de Empenho	3
Pagos	-

VIDA SAUDÁVEL - EMENDAS



Além dos recursos da Nacional, a Ação recebeu o montante de R\$ 920.000,00 de emendas parlamentares. Para execução de parcela destes foram indicadas pelos parlamentares 8 entidades, das quais 5 estavam com os projetos empenhados em 31 de dezembro de 2009, embora nenhum deles tenha sido pago no decorrer do exercício.

A ação 2C60, Vida Saudável, foi criada em 2006 com vistas a reforçar a necessidade de políticas públicas de esporte e de lazer para a população idosa, apesar de essa estar contemplada também na ação 2667. Como pode ser observado pelas metas físicas e financeiras trata-se de uma ação muito restrita, apesar de existir uma grande demanda.

Cumprir justificar alcance de mais 400% da meta física (considerando os valores empenhados), deve-se ao fato de as metas físicas desta ação terem sido ampliadas pelas entidades conveniadas que justificaram a possibilidade de um atendimento maior do que o indicado nas regras da ação (1.000 beneficiados por núcleo). A partir desta constatação a Secretaria aumentou esta meta que passou para 2.000 beneficiados. Mesmo assim as metas alcançadas estão muito acima do que seria o previsto, o que se deve ao fato de terem sido autorizadas aquisição e montagem de “Academias” o que tem elevado muito as previsões das entidades e, possivelmente, virá a alterar novamente a base de cálculo da ação que, em 2009, era: valor total do recurso (R\$ 2.820.000,00) dividido pelo custo núcleo (R\$ 48.000,00) multiplicados pelo número de beneficiados por núcleo (2.000 pessoas).

No tocante aos custos do Programa, o valor per capita é de 24,00 ao ano, considerando-se os beneficiados. Considerando-se que o cálculo de beneficiados resulta dos inscritos nas atividades regulares, mais os participantes dos eventos, podemos afirmar que esse valor é extremamente baixo e a relação custo-benefício elevada.

A formação é, também, parte constitutiva do Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, sendo obrigatória para todos os convênios firmados, e é realizada em dois módulos, de 32 horas cada, sendo o primeiro “Introdutório”, desenvolvido no início das atividades, e o segundo, de “Avaliação”, subdividido em 16 horas na metade da execução e outras 16 no final. Para o desenvolvimento destes módulos a Secretaria capacita, sistematicamente, um grupo de formadores. No ano de

2009 os mesmos tiveram dois Encontros Nacionais, para discutirem e qualificarem o processo de formação.

Considerando os módulos introdutório e de avaliação, em 2009, foram realizados 31 cursos, que envolveram mais de 400 agentes e gestores de esporte recreativo e de lazer. Além disso, a entidade conveniada deve realizar o módulo de aprofundamento, que consiste de atividades sistemáticas de planejamento e estudos com seus agentes.

Os convênios são acompanhados e avaliados em visitas técnicas realizadas, na medida do possível, considerando a escassez de recursos humanos. Em 2009 foram realizadas 86 visitas técnicas, envolvendo as ações 2667 e 2C60, 14 delas motivadas por denúncias de descumprimento do objeto pactuado e as demais ocorreram para fiscalização e acompanhamento da execução. As referidas visitas resultaram em diversos ajustes demandados aos convenientes e em cinco solicitações de rescisão do convênio, após a constatação do não cumprimento do objeto, apesar de garantido o direito de ajuste à entidade.

Principais dificuldades

1. O orçamento reduzido da ação que impede a ampliação da mesma.
2. Contingenciamento orçamentário do Ministério do Esporte que impediu a formalização de alguns convênios.

Contratações e parcerias

A ação conta com parcerias que contribuem significativamente com sua qualificação, tais como:

1. com a Rede CEDES, ação que também faz parte do Programa Esporte e Lazer da Cidade, e pela produção e difusão de conhecimentos relacionados ao esporte recreativo e de lazer qualifica as políticas públicas de esporte e lazer, entre as quais a ação se inclui;
2. com outros programas federais como Mais Saúde o que permite que a ação tenha reforçado seu caráter intersetorial, que é imprescindível para sua qualificação.

Transferências

A ação é viabilizada via transferências voluntárias, através de convênios e destaques orçamentários a organizações públicas e privadas, sem fins lucrativos. Em 2009 os pleitos foram selecionados, basicamente, de duas formas: edital de seleção de projetos; possibilidade de continuidade de execução considerada satisfatória, porém sem condições de manter o programa com recursos próprios; e indicações de parlamentares via emenda.

Os convênios empenhados e pagos, com os recursos da própria ação constam da planilha Anexo I e ficaram assim distribuídos:

Região Norte: 01 convênio

Região Sul: 01 convênio

Região Centro-Oeste: 07 convênios

Região Sudeste: nenhum convênio

Região Nordeste: 03 convênios

Não há uma distribuição regional, que considere as diversidades quanto ao número de habitantes e as necessidades locais. Isto se deve à escassez de recursos e ao fato de parte dos recursos da ação serem provenientes de emendas parlamentares, o que impede que o poder executivo contemple o critério de distribuição equânime entre as regiões.

2.3.2.3. AÇÃO 8473 – Fomento de Eventos Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer

Dados Gerais

Tipo	Orçamentária, direta e descentralizada
Finalidade	Viabilizar a realização de eventos e apoiar projetos de natureza interdisciplinar que contemplem as áreas de esporte recreativo e de lazer
Descrição	Apoio à realização de projetos e eventos, inclusive de criação nacional e identidade cultural, que contemplem a ocupação do tempo e espaço de lazer a partir de ações transversais que envolvam temas afetos ao meio ambiente, à educação, à cultura e à saúde, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Coordenador da ação	Cláudia Regina Bonalume
Unidades executoras	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer

Resultados

META	PREVISTAS	REALIZADAS	EMPENHADAS	EXECUÇÃO/ PREVISÃO
Financeira (R\$)	1.070.000,00	150.000,00	150.000,00	14%
Física	12	02	02	16,66%

A Ação 8473, Promoção de Eventos Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer, é desenvolvida com a finalidade de viabilizar a realização de eventos e apoiar projetos de natureza interdisciplinar que contemplem as áreas do esporte e lazer de inclusão social, por meio de projetos e eventos, que prevêem a ocupação do

tempo e espaço de lazer a partir de ações transversais que envolvam temas afetos ao meio ambiente, à educação, à cultura e à saúde. A LOA 2009 destinou inicialmente R\$ 420.000,00, os quais foram complementados com R\$ 650.000,00 de 05 emendas parlamentares. R\$ 150.000,00 foram utilizados para o apoio a 02 eventos de caráter nacional, um envolvendo o Basquete de Rua, em parceria com a Central Única das Favelas e outro voltado a pessoas com deficiência, realizado pela APAE de Campo Mourão.

A ação recebeu, ainda, a proposta de realização dos Jogos Nacionais dos Idosos, porém, considerando os valores existentes e os necessários para a viabilização de tal parceria, não houve possibilidade de apoio.

Dificuldades

A principal dificuldade da ação, que justifica parte da baixa execução foi o contingenciamento orçamentário do Ministério, que levou os gestores do Programa a priorizar outras ações que contribuem mais diretamente com o alcance dos objetivos gerais do mesmo. No tocante às emendas parlamentares, a impossibilidade de conveniamento e repasse dos recursos ocorreram devido a fatores como:

- 1 – não indicação por parte de alguns parlamentares;
- 2 – objetivos das entidades designadas para receberem o recurso não serem condizentes com a finalidade da ação (visam o caráter competitivo);
- 3 – não elaboração do projeto pelas entidades em tempo hábil para empenho (no caso de algumas emendas).

Considerando tratar-se de uma ação de caráter nacional, os recursos previstos não têm se mostrado suficientes para apoio a projetos com este caráter, o que limita muito suas possibilidades. Outro aspecto a ser considerado é o caráter recreativo e intersetorial exigido para as propostas, que raramente está presente nos projetos apresentados. Há, no Ministério do esporte, uma lacuna para apoio a eventos de competição esportiva que não estejam relacionados ao Sistema Federativo, e esta lacuna, muitas vezes, faz com que a ação seja pauta para este tipo de parceria, o que não cabe em seu descritor.

2.3.2.4 - AÇÃO 2426 – Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer – Rede CEDES¹

Dados Gerais

<i>Tipo</i>	<i>Atividade</i>
<i>Finalidade</i>	Fomentar, apoiar e difundir atividades científicas e tecnológicas desenvolvidas com base na pesquisa social, por Instituições de Ensino Superior, por meio de Grupos de Estudos de Educação Física, Esporte e/ou Lazer, tendo em vista qualificar e aperfeiçoar programas e projetos de esporte e lazer que contribuam para a implementação da Política Nacional de Esporte.
<i>Descrição</i>	Prover grupos de pesquisa, em regime complementar e por tempo determinado, com recursos necessários para o desenvolvimento de pesquisas e projetos científicos e tecnológicos nas áreas do esporte e lazer de inclusão social, por meio da aquisição de equipamentos, materiais bibliográficos e de consumo, assim como custeio de despesas com bolsas de estudos, transporte, publicação, editoração de livros, dentre outras.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
<i>Coordenador da ação</i>	Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto
<i>Unidades executoras</i>	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte

¹ Considerando a demanda de estudos que vem sendo apresentada à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, sinalizando para a ampliação do campo de atuação da Rede CEDES, propomos a mudança do nome da Ação 2426 de “Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e de Lazer” para “**Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer**”, garantindo que todos os estudos a serem apoiados sejam fundados na Pesquisa Social.

Resultados

Metas financeiras e físicas 2009

META	PREVISTAS	REALIZADAS	EMPENHADAS	EXECUÇÃO/ PREVISÃO
Financeira (R\$)	R\$ 1.000.000,00	22	R\$ 874.417,29	87,44%
Física*	30	22*	04	73,33%

* pesquisa realizada

Desde 2008, a ação “Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte e do Lazer – REDE CEDES” aglutina, ao apoio a pesquisas, duas outras ações programáticas de 2007, a saber: a ação 3988 (Implantação e modernização de Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer) e a ação de 8453 (Edição e distribuição de material técnico e científico relacionado ao esporte e ao lazer).

Pela ação de implantação e modernização da Rede CEDES são viabilizadas melhorias das instalações de centros da Rede CEDES, com aquisição de equipamentos e mobiliário necessários ao desenvolvimento de pesquisas. O Ministério do Esporte opera esta meta apenas no conveniamento com instituições públicas (federais, estaduais e municipais), sendo que, conforme consta em edital, o valor de apoio à infra-estrutura limita-se a 20% do montante previsto para o projeto proposto.

Considerando os recursos reservados ao pagamento desta parte de ação, ao final de 2009 observamos na meta financeira uma diferença entre o montante previsto e o empenhado deveu-se ao contingenciamento.

Além disso, no ano de 2009, a diferença observada entre previsão e realização da meta física deve-se ao fato de financiamento de projetos com valor superior a R\$ 30.000,00 (valor básico considerado na definição da meta física da Rede em 2007), especialmente considerando as crescentes demandas das pesquisas e da legislação em vigor a partir de 2008, que prevê o valor mínimo de R\$ 100.000,00 para convênios com instituições estaduais. Legislação que influenciou no fomento da Rede com a inclusão de várias Instituições Estaduais de Ensino Superior de Ensino.

Em relação à edição e distribuição de publicações científicas relacionado ao esporte e ao lazer, a SNDEL, em 2009, recebeu um número significativo de demandas que não pode ser atendida, uma vez que foi retirado o orçamento específico para esse tipo atendimento. As publicações da Secretaria passaram a ser, em sua maioria, fruto dos convênios de pesquisa e de eventos científicos. Ao final do ano, foram publicados 20 livros e distribuídas 5.263 publicações para autores, universidades, bibliotecas, participantes de eventos e parceiros dos Programas do Ministério do Esporte. Além disso, os livros publicados são disponibilizados em PDF no site do Ministério do Esporte.

Vale destacar a avaliação dos pesquisadores da Rede sobre a importância do fomento que o ME faz na pesquisa e publicação no campo da ciência social da Educação Física, Esporte e Lazer impactando no reconhecimento da área pela CAPES.

Os recursos disponíveis para a ação 2426 foram, principalmente, aplicados no apoio a pesquisas semi-induzidas via “Chamada Pública”, que expressa transparência e democratização da ação. Com abrangência nacional, as inscrições em 2009 na “Chamada Pública” contemplaram todas as regiões brasileiras, contando 66 cadastros de projetos de pesquisas, um pleito financeiro total de R\$ 2.169.014,23 e recomendação de 44 projetos selecionados pela Comissão de Seleção, responsável pela avaliação de mérito das propostas inscritas. Comissão que contou com a participação de doutores com notoriedade na área, docentes de Instituições de Ensino Superior não concorrentes e representantes do CNPq. Das pesquisas selecionadas pela Chamada de 2009 16 foram conveniadas e as demais 28 pesquisas passaram a integrar uma Carta de Projetos a serem financiados com os recursos de 2010. Nesta Chamada Pública 17 Instituições aprovadas já integravam a Rede CEDES e 19 eram novas Instituições.

O resultado final desta seleção consta do quadro a seguir.

RESULTADO DAS PESQUISAS APROVADAS POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

01	Projetos sociais esportivos e a produção de uma Política Pública de Esporte	Universidade Federal do Rio Grande	RS
02	Políticas públicas de esporte e lazer no Estado da Bahia: Diagnóstico e intervenção no Território ¹⁸	Universidade do Estado da Bahia	BA
03	Atividade física e esporte por meio de jogos	Universidade de São Paulo	SP

	eletrônicos na Paralisia Cerebral		
04	Sistema Nacional de Esporte e Lazer: mecanismos de participação popular e controle social da Região Nordeste do Brasil	Fundação Universidade Federal do Maranhão	MA
05	Lazer e corpo: as expressões artísticas e culturais do corpo nas festas populares baianas	Universidade Estadual de Feira de Santana	BA
06	Lazer e cultura em Goiânia	Universidade Federal de Goiás	GO
07	Futebol de pelada nos vazios urbanos: lazer, sociabilidade e resenha	Universidade Federal de Alagoas	AL
08	PROJETO ORLA: análise dos espaços e equipamentos de esporte e lazer da praia de Atalaia em Aracaju/SE	Fundação Universidade Federal de Sergipe	SE
09	Políticas Públicas do Esporte e Lazer em Curitiba	Universidade Federal do Paraná	PR
10	Valores e atitudes pró-sociais do esporte do sul do Brasil	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS
11	Gestão de Esporte e de Lazer: análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer na Zona Leste de São Paulo	Universidade de São Paulo	SP
12	Lazer e esporte em Ouro Preto e Mariana: estudo de espaços e equipamentos	Universidade Federal de Ouro Preto	MG
13	Diagnóstico dos jogos tradicionais do campo e da cidade do estado do Rio Grande do Sul	Universidade Federal de Santa Maria	RS
14	Análise do perfil dos torcedores organizados de Minas Gerais	Universidade Federal de Minas Gerais	MG
15	Equipamentos públicos de lazer em Campo Grande - MS: distribuição geográfica, interesses culturais, acessibilidade e animação sociocultural	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal	MS
16	Lazer e Educação Física: textos didáticos para a formação de profissionais do lazer	Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metodista	SP
17	Dança, lazer e cultura: um cenário da zona rural da Paraíba	Universidade Estadual da Paraíba	PB
18	Implicações de um programa de lazer físico-esportivo sobre a qualidade de vida e aspectos fisiológicos de crianças obesas	Instituição Educacional São Miguel Paulista	SP
19	Cidade, educação física e "sport": uma história da introdução das práticas da educação física e esportivas em João Pessoa, Recife e Natal	Universidade Federal da Paraíba	PB
20	Formação de recursos humanos para a área do Lazer na América Latina	Universidade Federal de Minas Gerais	MG
21	Trajetória histórica das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1938-2006	Universidade Federal de Minas Gerais	MG
22	As práticas de lazer na cidade de São João del Rei: uma análise dos espaços públicos de lazer oferecidos aos munícipes pelo poder público	Universidade Federal de São João del Rei	MG
23	Avaliação de resultados do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Minas Gerais	Universidade Federal de Viçosa	MG
24	Levantamento da infra-estrutura de esporte e lazer	Universidade do Contestado	SC

	dos municípios que compõem a 25ª SDR de Santa Catarina, nas áreas rurais e urbanas		
25	Garimpando memórias dos esportes: mapeando histórias de esportivização	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	MG
26	Memória do esporte universitário em Viçosa	Universidade Federal de Viçosa	MG
27	Futebol Karipuna: um estudo fotoetnográfico sobre futebol e a vida cotidiana nas aldeias Karipuna	Universidade Federal do Amapá	AP
28	Os espaços e equipamentos específicos de lazer de Campo Grande/MS: a ordenação do solo urbano	Universidade Católica Dom Bosco	MT
29	Demandas de esporte e lazer para a juventude: um estudo diagnóstico nos municípios de Novo Hamburgo e Santa Maria/RS	Universidade Federal de Santa Maria	RS
30	O Brasil na Copa, a Copa no Brasil: antecipação, visibilidade, associações. Os agendamentos para 2014	Universidade Federal de Santa Catarina	SC
31	Formação continuada de militantes culturais de esporte e lazer no campo e na cidade: os mutirões e círculos populares de esporte e lazer	Universidade Federal da Bahia	BA
32	Coleção história oral: memória de esportes e ruas de recreio (1940-1980)	Universidade Federal de Minas Gerais	MG
33	Mapa do lazer juvenil: in/exclusão no lazer de jovens nos municípios de São Jerônimo, Charqueadas e General Câmara	Universidade Luterana do Brasil	RS
34	A realidade pública do esporte nos municípios da região Médio Rio Grande do estado de Minas Gerais	Fundação de Ensino Superior de Passos (UEMG)	MG
35	Avaliação de variáveis biomecânicas e fisiológicas de pessoas que praticam atividade física nas cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA para a promoção da saúde	Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF	PE
36	Memórias do Curso de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe: trajetórias de formação (1975-2009)	Fundação Universidade Federal de Sergipe	SE
37	PELC - Vida Saudável: avaliando seu impacto na vida do cidadão e na política pública	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	RS
38	O esporte e lazer no município de Sinop-MT: um estudo de sua manifestações na cidade e no campo	Universidade Federal do Mato Grosso	MT
39	Mapeando os espaços e equipamentos de lazer da cidade de Niterói/RJ e as formas de apropriação desses espaços pelas populações locais	Universidade Federal Fluminense	RJ
40	Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1940-2010): mapeando cenários da formação profissional e da produção do conhecimento em políticas de esporte e lazer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS
41	Relações intersetoriais nas políticas públicas de esporte e lazer: os convênios entre governo do	Universidade Federal do Espírito Santo	ES

	estado e municípios no Estado do Espírito Santo		
42	Diagnóstico das políticas públicas de esporte e lazer na Região dos Lagos – RJ	Associação Educacional Veiga de Almeida	RJ
43	Lazer e gênero: processo educativo de mulheres negras-empobrecidas e políticas públicas	Universidade Católica de Brasília	DF
44	História e memória do esporte em Juiz de Fora	Universidade Federal de Juiz de Fora	MG

As pesquisas aprovadas se inscrevem nas nove linhas de pesquisas apoiadas pela Rede, ou seja:

1. Memória de esporte, lazer e educação física;
2. Perfil do esporte e lazer dos estados e municípios brasileiros;
3. Avaliação de políticas públicas e programas de esporte e lazer (desenvolvidos pelo governo federal, em particular os Programas do Ministério do Esporte: Esporte e Lazer da Cidade, Segundo Tempo, Pintando a Liberdade, Bolsa Atleta).
4. Desenvolvimento de novos programas sociais de esporte e lazer de alcance nacional (para atendimento de demandas específicas como: fases da vida, gêneros, etnias/raças, deficientes, famílias, populações rurais, populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, manifestações de identidade nacional, etc.);
5. Observatório do esporte (estudos sobre torcedor, mídia esportiva, políticas públicas, violência no esporte, legislação, megaeventos esportivos, esporte escolar e universitário, etc.);
6. Estudos de programas integrados de esporte e lazer (educação, saúde, justiça, trabalho, juventude, cultura, desenvolvimento social, meio ambiente, turismo e outras, voltados ao desenvolvimento social);
7. Gestão de programas de esporte e lazer (planejamento, formação, gestão de pessoas, práticas corporais, ação comunitária, animação sociocultural, controle social, etc.);
8. Infra-estrutura de esporte e lazer (diagnósticos de espaços e equipamentos, novas tecnologias, etc.);
9. Sistema Nacional de Esporte e Lazer (estruturação, avaliação, redes, etc).

A crescente demanda pelo apoio a pesquisas sociais pelo Ministério do Esporte, reafirmada pela inscrição de trabalhos em todas as linhas de pesquisa, além do significativo número de trabalhos inscritos e recomendados pela Chamada Pública, aponta para a necessidade de ampliação das metas financeiras da Rede CEDES.

Em 2009, mesmo com dificuldades do contingenciamento orçamentário que não nos permitiu utilizar o total de recursos previstos (R\$ 1.000.000,00), conseguimos o fomento a 22 projetos de pesquisa científica graças a parceria com a SECAD do

Ministério da Educação, que garantiu um orçamento complementar que permitiu o apoio a mais duas pesquisas da Rede CEDES. Com isso, ao todo, empenhamos em 2009 o valor de R\$ 874.417,29 (LOA) que somado ao apoio do MEC resultou no montante de fomento da ação no valor de R\$ 1.163.452,89.

O investimento continuado do MEC nesta ação destaca a importância da pesquisa social de esporte e lazer para a qualificação de ações interministeriais e intersetoriais.

Como mostra o quadro comparativo a seguir, as pesquisas selecionadas/apoiadas no exercício 2009 revelam o crescente apoio a todas as Regiões brasileiras, destacando-se a participação da Região Norte onde não existe nenhum curso de Pós-graduação Mestrado ou Doutorado nessas áreas. Destacou-se, também, o crescente número da participação da Região Nordeste e Centro Oeste.

REGIÕES	2003 a 2006	2007	2008	2009	Projetos a serem pagos em 2010
NORTE	-	02	-	01	01
NORDESTE	03	08	02	01	10
SUDESTE	15	07	06	09	13
SUL	09	09	11	04	09
C. OESTE	03	03	01	07	-
TOTAL	30	29	20	22	33

Pesquisas apoiadas pela Rede CEDES 2003-2010

Os dados deste quadro revelam também o conjunto de ações que a Rede CEDES vem desenvolvendo ao longo de sua história (desde 2003, ano de sua criação), consolidando uma Rede de GRUPOS e NÚCLEOS² institucionais.

² **Grupo de Pesquisa:** realizador de pesquisa apresentada por, pelo menos, um pesquisador coordenador da Instituição/Grupo de Estudo proponente. Cada pesquisador poderá apresentar apenas um projeto dentro desta forma de submissão. **Núcleo de Pesquisa:** realizador de pesquisa apresentada por mais de um grupo de estudo da mesma instituição proponente.

A preocupação que a Rede tem com a formação de novos pesquisadores e consolidação de Grupos de Pesquisa gerou estratégias de integração, especialmente reuniões regionais e nacional com pesquisadores coordenadores dos Núcleos da Rede, constituídos pelas 59 Instituições de Ensino Superior, 90 Grupos de pesquisa, 90 pesquisadores coordenadores de estudos. Debates a serem difundidos com os outros participantes da Rede: 280 pesquisadores e 304 bolsistas, com alunos de Graduação e Pós-Graduação.

Outra estratégia importante de integração é a aprovação na Chamada Pública de projetos desenvolvidos por meio de ação compartilhada entre 02 ou mais Grupos de Estudos da mesma Instituição e de Instituições diferentes, o que foi apontado, pelos pesquisadores da Rede como um dos fatores de desenvolvimento da ciência social do esporte e lazer em várias regiões do País. Além disso, em 2009, pela primeira vez foi aprovado um projeto de pesquisa que reuniu 3 países da América Latina em estudo compartilhado (Brasil, Chile e Colômbia).

2.3.2.5 - AÇÃO 2428 – Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte e de Lazer³

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir com a atualização da produção e difusão de conhecimentos relativos ao esporte e lazer de inclusão social, por meio de intercâmbios nacionais e internacionais de pesquisadores, gestores, acadêmicos, agentes sociais e outros profissionais, com vistas a implementação da Política Nacional de Esporte.
Descrição	Apoio à realização de conferências, congressos, seminários, palestras, reuniões técnicas, entre outras ações nacionais e internacionais de intercâmbio científico e tecnológico, divulgação, transmissão e disponibilização, em meios eletrônicos e impressos, de conteúdos, documentos e registros relativos ao eventos desenvolvidos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Coordenador da ação	Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto
Unidades executoras	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte

³ Solicitamos a revisão do nome da ação de “Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e de Lazer” para “Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e de Lazer”. Tal solicitação baseia-se no fato deste apoio não se restringir aos eventos de esporte recreativo e de lazer.

Resultados

Metas financeiras e físicas 2009

META	PREVISTAS	REALIZADAS	EMPENHADAS	EXECUÇÃO PREVISÃO
Financeira (R\$)	R\$ 270.000,00	R\$ 237.321,00	R\$ 237.321,00	87,9%
Física*	09 ⁴	04*	04	44,44%

*evento realizado

A ação apoia eventos de esporte e lazer de abrangência nacional ou internacional. No ano de 2009, foram apoiados 08 eventos científicos, que atenderam a um público médio de 1.000 participantes entre pesquisadores, docentes, estudantes e gestores.

Com recursos da Ação 2428 apoiamos o:

- “I Congresso Científico Internacional de Educação Física, Esporte, Lazer e Saúde do Brasil Norte” no período 28 a 30 de maio de 2009, promovido pela Universidade Federal do Pará.
- VI Congresso Internacional de Educação Física e Motricidade Humana - XII Simpósio Paulista de Educação Física, no período de 30 de abril a 03 de maio de 2009, promovido pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP.
- "10º Seminário o Lazer em Debate", promovido pela UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais.
- 21º Encontro Nacional de Recreação e Lazer, no período de 05 a 08 de novembro de 2009, promovido pela União de Instituições do Esporte Educação Física e Lazer de Santa Catarina – UNESPORTE.

Com recursos da Secretaria Executiva apoiamos:

- 8º Fórum Internacional de Esportes, no período de 27 a 30 de maio de 2009 promovido pela União de Instituição do Esporte, Educação Física e Lazer de Santa Catarina – SC – UNESFORTE.
- 05 Audiências públicas para apresentação de sugestões visando a reformulação do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD) no período de 24 de agosto a 16 de setembro de do corrente ano, promovido pelo IBDD – Instituto Brasileiro de Direito Desportivo - SP.

⁴ Solicitamos a revisão de meta em decorrência das orientações do Decreto Nº 6170, de 25 de julho de 2007, segundo o qual é vedada a celebração de convênios e contratos de repasse com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

- 16º Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte (CONBRACE) e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE). No período de 20 a 25 de setembro do 2009, promovido pela Universidade Federal da Bahia - BA.

Com o apoio do MEC realizamos:

- “Reunião Técnica Latino-Americana de ação articulada entre o Lazer, Esporte e Educação Integral”

Assim, o quadro a seguir sintetiza a captação de outros recursos que nos permitiram ampliar o nosso atendimento nesta ação, em 2009. Este quadro revela a crescente demanda do País no que diz respeito a esta ação.

Mostra também a diferença entre o valor previsto e o empenhado no valor de 32.677,00 uma vez que foram destacados para universidades federais.

	Previsto	Total Empenhado	Pago
LOA	R\$ 270.000,00	R\$ 237.321,00	R\$ 237.321,00
MEC	R\$ 71.714,20	R\$ 71.714,20	R\$ 59.910,90
SE	R\$ 806.545,84	R\$ 806.545,84	R\$ 806.545,84
Total	R\$ 1.148.260,04	R\$ 1.148.258,04	R\$ 1.072.006,74

2.3.2.6 - AÇÃO 8284 - Desenvolvimento de Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e Lazer

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Favorecer a construção e democratização do conhecimento na área de esporte, lazer e inclusão social, assim como desenvolver um sistema nacional com capacidade de combinar forças técnicas, políticas e administrativas, definindo papéis, interfaces e competências de cada agente envolvido – das três esferas -, contribuindo com a implementação da Política Nacional do Esporte.
Descrição	Implantação de política de gestão compartilhada de programas, projetos e atividades de esporte e de lazer, envolvendo as três esferas – federal, estadual e municipal – no estabelecimento de trocas de experiências, qualificando práticas de gestão e contribuindo com a implementação da Política Nacional do Esporte, especialmente a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e o estabelecimento de mecanismos e indicadores de controle e participação social.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Coordenador da ação	Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto
Unidades executoras	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer - Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte

Resultados

Metas financeiras e físicas 2009

META	PREVISTAS	REALIZADAS	EMPENHADAS	EXECUÇÃO/ PREVISÃO
Financeira (R\$)	R\$ 350.000,00	R\$ 281.370,71	R\$ 223.362,37	80,40%
Física*	350	1101*	06	314,57%

* município atendido

Por meio dessa ação foram consolidadas redes de formadores, pesquisadores e agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade, respeitando as peculiaridades regionais, promovendo a cooperação técnica e científica entre os envolvidos de modo a atuar na qualificação pedagógica e política do Programa. As ações desenvolvidas buscaram valorizar e divulgar as práticas dos gestores e agentes participantes, criar ambiência para a avaliação dos processos vividos no Programa, dialogando com as entidades responsáveis pela condução das políticas públicas da área e entidades parceiras do PELC, como prefeituras, estados, universidades, ONGs, OSCIPs, associações e outras.

Nesse sentido, foram apoiadas:

Reunião, Publicação, Congresso, Curso.

- Fórum de Gestores do XX Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL, no período de 05 a 09 de novembro, em parceria com a UNESPORTE. Com apoio técnico científico e pedagógico.
- Editoração Revista Lazer e Sociedade a ser desenvolvido no âmbito do grupo interdisciplinar de estudos do lazer (GIEL/USP) em colaboração com o conselho editorial da revista *Loisir et Societe* editada pela Universidade de Quebec Trois-Riviere, Canadá. Entidade beneficiada Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo – FUSP.
- Congresso Internacional de Aprendizagem Baseada em Problemas 2010, no período de 8 a 11 de fevereiro de 2010, promovido pela Fundação de Apoio a Faculdade de Educação – FAFE.
- Realização de uma “Reunião Técnica Latino-Americana” promovido pelo ME e MEC.
- Capacitação de Gestores – Encontro Nacional de Formadores do PELC.
- Editoração de 03 volumes da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, visando a editoração, tradução de textos e impressão. Entidade beneficiada Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE/ GO.
- Contratação dos serviços gráficos para editoração e impressão do livro referente ao ENAREL.

Além disso, foram realizados outros apoios técnico, científico e pedagógico nos seguintes eventos:

Participação em Comissão:

- 3ª Conferencia Nacional do Esporte - SE
- CETIC (Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação) - CGMI
- Apoio a SBPC e ao planejamento da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia / SE
- Comissão de Esporte de Aventura do Ministério do Turismo

Participação como Palestrante:

- II Congresso Internacional de Educação Física e Qualidade de Vida. Políticas Públicas e Organizacionais em Educação Física
- III Encontro do Fórum Permanente de Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação e Editores de Periódicos da Educação Física. CBCE
- VI Congresso Internacional de Educação Física e Motricidade Humana e XII Simpósio Paulista de Educação Física
- Fórum de Desenvolvimento do Esporte Olímpico no Brasil - Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil
- I Congresso Científico Internacional de Educação Física, Esporte, Lazer e Saúde no Brasil Norte
- Reunião de monitoramento da pesquisa consorciada e realizada pela ULBRA/UFAM/UFPA
- Lançamento do Projeto: Plataforma dos Centros Urbanos – UNICEF
- Reunião Internacional sobre Políticas Públicas Integradas de Educação, Esporte e Lazer
- 1º Congresso de Sorocaba em Movimento
- Fórum de Gestores de Esporte e Lazer – Criciúma
- Mesa redonda: Políticas Públicas de Esporte e Lazer nas cidades – SESC Pompéia
- Conferencia Municipal de Esporte – Caruaru
- Seminário Nacional de Direito Desportivo de Bauru
- III Seminário de Pesquisa em Educação Física - UFJF

2.3.2.7 - AÇÃO 8497 – Concessão do Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer/1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social⁵

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Incentivar, apoiar e valorizar produções técnicas, científicas e pedagógicas que apresentem contribuições e subsídios para a qualificação e inovação de políticas públicas de esporte e lazer, contribuindo com o reconhecimento da participação do Ministério do Esporte na agenda da Ciência e Tecnologia Brasileira.
Descrição	Realização de concursos sobre temas relacionados ao esporte e lazer de inclusão social com conseqüente premiação e difusão dos trabalhos selecionados por mérito nas categorias definidas, de acordo com critérios pré-estabelecidos pelo Regulamento do Prêmio.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Coordenador da ação	Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto
Unidades executoras	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte

Resultado

Metas financeiras e físicas 2009

META	PREVISTAS	REALIZADAS	EMPENHADAS	EXECUÇÃO/ PREVISÃO
Financeira (R\$)	R\$ 100.000,00	R\$ 97.981,77	R\$ 7.990,00	97,98%
Física*	1	5*	2	500%

* obra editada

⁵ Ação n. 8497, denominada pelo PPA-2008 como “Concessão de Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer”, foi replanejada e renomeada como Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social.

A ação n. 8497, renomeada como “Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social” orienta-se pelas demandas atuais do ME, sendo realizadas duas ações principais:

Cessão do Prêmio: em anos pares, a começar por 2008, de premiação e publicação em obra escrita e digital de estudos premiados sobre políticas públicas de esporte, lazer e inclusão social, considerando 5 categorias, a saber, três categorias regionais (contemplando as diversas regiões brasileiras) premiam (1) Dissertações e Teses; (2) Monografias de Graduação e Especialização; (3) Relatos de Experiências. Duas categorias nacionais premiam (4) Ensaio; (5) Mídias.

Difusão do Prêmio: nos anos ímpares, a começar pelo ano de 2009, da realização de difusão dos trabalhos premiados por todo o País, com vistas à sua socialização e qualificação de gestores de políticas públicas de esporte e lazer.

A 1ª Edição contou com a participação de 145 autores, com 90 trabalhos inscritos, 27 dos quais selecionados por uma qualificada Comissão Julgadora, para serem agraciados com o Prêmio Brasil 2008.

O “Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social” teve sua primeira edição realizada em 2008, sendo que o pagamento desta execução operou-se em fevereiro de 2009, quando obra foi editada, realizado pagamentos da Cerimônia de entrega dos prêmios (Troféus, valores em dinheiro, publicações).

Com orçamento previsto de R\$ 100.000,00, esta ação implicou o empenho de recursos na ordem de R\$ 308.000,00 a serem pagos em 2009, com complementação orçamentária de outras ações da SNDEL e da Secretaria Executiva.

Nesse momento, é fundamental chamar atenção dos gestores sobre a necessidade da perspectiva a médio e longo prazos das nossas ações políticas e, nesse sentido, destacar a importância do desenvolvimento científico e tecnológico e do que anda de mãos dadas com ele: a qualidade das produções universitárias e o aperfeiçoamento de suas relações com experiências na gestão pública brasileira.

Em 2009, considerando a etapa de Difusão do Prêmio, foram publicados na íntegra os 03 trabalhos premiados, regionalmente, em primeiro lugar na Categoria 1 – Dissertação, Tese e Pesquisa Independente.

São eles:

- Campos de visibilidade da capoeira baiana: as festas populares as escolas de capoeira,o cinema é a arte (1955-1985) / Luís Vitor Júnior. — Brasília: Ministério do Esporte / 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, 2010.
- Etmo-desporto indígena; a Antropologia Social e o campo entre os Kaingang / José Ronaldo Mendonça Fassheber. — Brasília: Ministério do Esporte / 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, 2010.
- Jogos e cidades: ordenamento territorial urbano em grandes eventos esportivos/Sávio Raeder. - Brasília: Ministério do Esporte e Lazer de Inclusão do Esporte /1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, 2010.

Além disso, em 2009 os trabalhos premiados foram difundidos por meio digital pelo Site do Ministério do Esporte e discutidos em Fóruns de Gestores apoiados pelo Ministério.

2.3.2.8 - AÇÃO 2448 - Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte - CEDIME

Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Documentar, preservar e difundir em rede conhecimentos e informações científicas, tecnológicas, gerenciais e jornalísticas de esporte e lazer. Representa um dos instrumentos básicos para a implementação do Sistema Nacional do Esporte e Lazer.
Descrição	Desenvolvimento de tecnologia de gestão do conhecimento e da informação, utilizando-se de meios eletrônicos (digitalização, armazenamento e disponibilização de documentos, imagens e informações), e físicos (edição e distribuição de catálogos, anuários, periódicos científicos, entre outros) para consolidar sistema de comunicação em rede entre pesquisadores, gestores, acadêmicos, jornalistas e outros profissionais envolvidos com o esporte e lazer.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Coordenador da ação	Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto
Unidades executoras	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte

Resultados

Metas financeiras e físicas 2009

META	PREVISTAS	REALIZADAS	EMPENHADAS	EXECUÇÃO/ PREVISÃO
Financeira (R\$)	R\$ 200.000,00	R\$ 86.700,00	R\$ 4.875,00	43,35%
Física*	04	01	04*	100%

* instituição apoiada

A diferença entre o empenho e a execução se justifica pelo fato de parte das ações terem sido realizadas no fim do ano de 2009, fazendo com que os atrasos nos pagamentos implicassem na realização apenas em 2010.

Além disso, destacamos que o valor de R\$ 95.175,00, que corresponde a uma descentralização de crédito para a Revista Movimento da Universidade Federal, em 2009, não foi utilizado pelo fato desta Universidade não ter conseguido empenhar este valor. Revista publicação da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que desde setembro de 1994 trabalha a partir de uma Comissão Editorial no sentido de divulgar a produção cultural e científica da Educação Física nacional e internacional em seus aspectos didáticos, pedagógicos, científicos e filosóficos.

Como parte da Gestão da Informação e do Conhecimento que desenvolvida tendo em vista a para a consolidação do CEDIME, em 2009 foram realizadas as seguintes ações de documentação e informação:

a) Publicação de livros:

Livro do Núcleo da Rede CEDES no CEFET-RN.

b) Universidade Federal do Goiás- UFG – três volumes da Revista Pensar a Prática

2.3.2.9 - AÇÃO 2494 – Realização dos Jogos dos Povos Indígenas

Dados gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir com a integração dos povos indígenas por meio do incentivo, da valorização e do fortalecimento da prática de jogos tradicionais pelas diversas etnias.
Descrição	Apoio financeiro, coordenação e apoio técnico para a execução de atividades de jogos tradicionais indígenas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
Coordenador da ação	Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto
Unidades executoras	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte

Resultados

Metas financeiras e físicas 2009

META	PREVISTAS	REALIZADAS	EMPENHADAS	EXECUÇÃO/ PREVISÃO
Financeira (R\$)	R\$ 1.000,000	R\$ 1.000,000	R\$ 1.000,000	100%
Física*	20	27*	01	135%

* etnia beneficiada.

A ação 2494 – Realização dos Jogos dos Povos Indígenas – é parte do Programa 0150 - Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Esta ação foi realizada através do apoio à décima edição dos “Jogos dos Povos indígenas”, realizado no período de 31 de outubro a 07 de novembro, no município de Paragominas (PA).

O evento, idealizado por iniciativa indígena através do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena e realizado com o Governo Federal através do Ministério do Esporte, é reconhecido perante a comunidade indígena nacional e internacional como o maior evento de promoção do intercâmbio dos valores culturais e étnicos, resgate da auto-estima e valorização dos conhecimentos tradicionais através do esporte, bases de uma linguagem universal sobre tolerância, desporto e respeito mútuo, dentro do lema: “O IMPORTANTE NÃO É GANHAR, SIM CELEBRAR!”

Tem como objetivo promover o esporte sócio-educacional como identidade das culturas autóctones, voltado à promoção da cidadania indígena, à integração e aos valores originais. Desta edição, participaram 33 etnias, com cerca de 1.200 indígenas.

Além disso, esta ação difundiu nacionalmente os premiados do 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social (2008), e participou da elaboração e negociações da Carta Olímpica com o MEC/SECAD/Programa Mais Educação, especialmente considerando o Legado Social do Projeto Rio 2016.

2.3.2.9 - Ações de responsabilidade da SNDEL e executadas pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte

AÇÃO 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Ação destinada ao planejamento e desenvolvimento de núcleo estratégico administrativo que respondam às demandas de responsabilidade da SNDEL, visando gerar melhorias que qualifiquem a implementação, o monitoramento e a avaliação da política pública de esporte e lazer de inclusão social que desenvolve.

AÇÃO 4641 – PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA

Ação que integra o Programa 1250 – Esporte e Lazer da Cidade – de responsabilidade da SNDEL, executada pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Ministério do Esporte. Destina-se à promoção de atividades de sensibilização e informação educativa da população, ou segmento da população, com vistas à promoção de hábitos saudáveis, favorecedores de benefícios sociais reais e melhoria da qualidade de vida do público beneficiado. Inclui coordenação, supervisão e sistematização de informações a serem veiculadas, bem como realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas à utilidade pública.

AÇÃO 5450 – IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER

Ação do Programa 1250 – Esporte e Lazer da Cidade – de responsabilidade da SNDEL, mas coordenada pela SPOA do Ministério do Esporte, criada com vistas a disponibilizar e modernizar áreas para a prática de esporte e de lazer, assim como instalações e equipamentos adequados à prática esportiva, contribuindo para reduzir a exclusão e o risco social e para melhorar a qualidade de vida, mediante garantia de acessibilidade a espaços esportivos e de lazer modernos.

2.4. Desempenho Operacional

O presente Relatório foi construído tendo por base o Programa 1250 – “Esporte e Lazer da Cidade” - que possui dois conjuntos de ações: **Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer** e **Funcionamento de Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e de Lazer** – Rede CEDES, excetuando a ação 5450 – Infra-estrutura.

No primeiro conjunto de ações, os núcleos funcionam com atividades esportivas, recreativas e de lazer, desenvolvidas por parceiros conveniados com o Ministério do Esporte, envolvendo: todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais) - **PELC TODAS AS IDADES**; preferencialmente pessoas idosas, incluindo a faixa etária a partir de 45 anos - **PELC VIDA SAUDÁVEL**; jovens entre 15 e 24 anos que vivem em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiças, violências e exclusão social a que estão submetidas, com vista à melhoria da qualidade de vida e resgate da auto-estima - **PELC PRONASCI**.

No segundo conjunto de ações são implementadas pesquisas de políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, o fomento e difusão de eventos científicos e o apoio a publicações - **PELC REDES CEDES**, para a configuração de um sistema nacional de documentação e informação esportiva.

Neste Relatório, a avaliação procurou ampliar a leitura de dados físicos e orçamentários (estabelecidos a partir de objetivos e produtos esperados documentados pelo SIGPLAN), considerando também expectativas, conquistas e limites que inferem nos resultados das realizações da SNDEL. Foram incluídas as análises dos resultados quantitativos e qualitativos alcançados pela Secretaria, produzindo um conhecimento que permite tomar decisões gerenciais sobre seus rumos futuros.

2.4.1 Programação orçamentária

Execução Orçamentária da Programação SNDEL

Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO					14.660.000	10.625.370	
	PLOA					14.660.000	10.625.370	
	LOA					39.299.193	43.113.200	
CRÉDITOS	Suplementares					481.000	2.120.000	
	Especiais	Abertos					640.000	
		Reabertos					300.000	
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						1.761.190	1.710.000
Outras Operações								
Total		-	-	-	-	38.319.003	44.163.200	

Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Outras Despesas de Capital	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	6.480.000	4.500.000				
	PLOA	6.480.000	4.500.000	0	0	0	0
	LOA	813.549.949	895.324.903	0	0	0	0

CRÉDITOS	Suplementares		6.547.000	36.259.233	0	0	0	0
	Especiais	Abertos		760.000	0	0	0	0
		Reabertos			0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos			0	0	0	0
		Reabertos			0	0	0	0
	Créditos Cancelados		11.427.063	5.190.000	0	0	0	0
Outras Operações				0	0	0	0	
Total		808.669.886	927.154.136	-	-	-	-	

Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		Reserva de Contingência	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA		14.660.000	10.625.370	6.480.000	4.500.000	
	LOA		39.299.193	43.113.200	813.549.949	895.324.903	
CRÉDITOS	Suplementares		481.000	2.120.000	6.547.000	36.259.233	
	Especiais	Abertos	0	640.000	0	760.000	
		Reabertos	300.000	0	0	0	
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	
		Reabertos	0	0	0	0	
	Créditos Cancelados		1.761.190	1.710.000	11.427.063	5.190.000	
Outras Operações		0	0	0	0		
Total		38.319.003	44.163.200	808.669.886	927.154.136		

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa - SNDEL

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes			
				1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Concedidos		153052	51101.27.812.1250.2426			104.608	
		153056	51101.27.812.1250.2426			19.682	
		153062	51101.27.812.1250.2426			37.400	
		153114	51101.27.812.1250.2426			124.385	
		153163	51101.27.812.1250.2426			5.400	
		153164	51101.27.812.1250.2426			18.000	
		153062	51101.27.812.1250.2428			12.000	
		153063	51101.27.812.1250.2428			19.771	
		153052	51101.27.812.1250.2448			37.125	
		153114	51101.27.812.1250.2448			95.175	
		158369	51101.27.812.1250.2448			4.275	
		158264	51101.27.812.1250.2667			70.000	
		158369	51101.27.812.1250.2667			295.279	
		158369	51101.27.812.1250.2667			436.660	
		154045	51101.27.812.1250.2667			1.000.000	
		153080	51101.27.813.1250.2C60			119.480	
	Recebidos		150028	26101.12.122.1377.2272			355.636
			200094	30101.06.122.1453.8854			2.000.000
			200094	30101.06.422.1453.8853			5.366.359

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
	Concedidos					
	Recebidos					

2.4.2 Execução orçamentária

Despesas por Modalidade de Contratação - Programação SNDEL

R\$ 1				
Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	2.523.370	2.201.364	2.523.370	2.201.364
Convite				
Tomada de Preços	311.377		311.377	
Concorrência	1.403.005	1.650.000	1.403.005	1.650.000
Pregão	808.989	551.364	808.989	551.364
Contratações Diretas	377.621	15.584.820	377.621	15.584.820
Dispensa	368.621	1.114.223	368.621	1.114.223
Inexigibilidade	9.000	14.470.597	9.000	14.470.597
Regime de Execução Especial	0	0	0	0
Suprimento de Fundos	0	0	0	0
Pagamento de Pessoal	68.001	39.776	68.001	39.776
Pagamento em Folha*	0	0	0	0
Diárias	68.001	39.776	68.001	39.776
Outros	22.440.946	21.065.325	22.440.946	21.065.325
Convênios e outros acordos	22.440.946	21.065.325	22.440.946	21.065.325

Fonte: SIAFI

*Inclui Encargos Sociais e benefícios pagos a servidores

Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos recebidos

R\$ 1

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	0	59.911	0	59.911
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão		59.911		59.911
Contratações Diretas	0	0	0	0
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial	0	0	0	0
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal	0	0	0	0
Pagamento em Folha*				
Diárias				
Outros	21.892.029	8.066.957	21.892.029	8.066.957
Convênios e Contratos de Repasse	21.892.029	8.066.957	21.892.029	8.066.957

Fonte: SIAFI

Ministério do Esporte - ME
Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - SNDEL

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 - Despesa de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	23.689.145	23.318.640	23.689.145	23.318.640	13.722.823	13.722.823	9.942.825	4.406.869
41 - Contribuições	19.345.127	18.753.722	19.345.127	18.753.722	10.998.155	10.998.155	8.346.972	3.288.382
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica	2.328.897	3.149.168	2.328.897	3.149.168	1.348.501	1.348.501	971.369	487.562
18 - Auxílio Financeiro a estudantes	1.131.764	760.168	1.131.764	760.168	911.086	911.086	208.568	163.528
Demais elementos do grupo	883.357	655.583	883.357	655.583	465.081	465.081	415.916	467.398
Fonte SIAFI								

Ministério do Esporte - ME
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	1.652.792	15.532.869	1.652.792	15.532.869	1.041.733	1.041.733	606.483	105.236
52 - Equipamentos e Material Permanente	707.958	780.885	707.958	780.885	316.899	316.899	386.483	60.333
42 - Auxílios	644.072	339.338	644.072	339.338	424.072	424.072	220.000	44.903
51 - Obras e Instalações	300.762	-	300.762	-	300.762	300.762	-	-
Demais elementos do grupo	-	14.412.647	-	14.412.647	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte SIAFI

42 - Auxílios
52 - Equipamentos e Material Permanente
51 - Obras e Instalações

Ministério do Esporte - ME
Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos recebidos pela SNDEL

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 - Despesa de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	20.569.822	7.543.888	20.569.822	7.543.888	18.775.887	1.888.179	1.793.935	5.643.907
41 - Contribuições	20.569.822	2.772.175	20.569.822	2.772.175	18.775.887	1.888.179	1.793.935	883.996
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica		4.771.714		4.771.714				4.759.911
18 - Auxílio Financeiro Estudantes								
Demais elementos do grupo								

Fonte SIAFI

Ministério do Esporte - ME
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos recebidos pela SNDEL

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	1.322.208	582.979	1.322.208	582.979	1.256.021	187.031	66.186	395.948
52 - Equipamentos e Material Permanente	1.282.852	300.000	1.282.852	300.000	1.256.021	-	26.831	300.000
42 - Auxílios	39.356	282.979	39.356	282.979		187.031	39.356	95.948
	-	-	-	-	-	-		
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-		
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte SIAFI

2.4.3 Evolução dos gastos gerais

EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS SNDEL

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1 - PASSAGENS	49.819,81	77.302,47	260.292,06
2 - DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	31.833,43	68.001,00	39.776,21
3 - SERVIÇOS TERCERIZADOS		1.400.000,00	1.650.000,00
3.1 - Publicidade	-	1.400.000,00	1.650.000,00
3.2 - Vigilância, limpeza e conservação*			
3.3 - Tecnologia da informação			
3.4 - Outras terceirizações			
3.5 - Suprimento de fundos			
4 - CARTÃO CORPORATIVO			

* Item 3.2 - Compreende despesas pagas no âmbito da UG 180004, "Condomínio do Bloco A", cuja participação do ME - 51000 equivale a 24,52% e serviços contratados para o subsede do ME, Edifício Bittar - 511 Norte.

Sobre as passagens e diárias:

- Uma das estratégias da SNDEL na participação em Encontros, Seminários e Congressos com representação em mais de 50 palestras e fóruns de discussão, foi de contribuir para o fomento e a difusão das Políticas de Esporte e lazer de Inclusão Social.
- Representantes da Secretaria estiveram presentes na organização, representação e participação de 27 eventos.
- Em 2009, foram realizadas 86 visitas de monitoramento e acompanhamento aos convênios do PELC, e cerca de 30 participações em formações do PELC.
- 29 consultores participaram em Brasília de atividades pedagógicas específicas, em comissões de avaliação, planejamentos e participações em eventos.

2.4.4 Execução física e financeira

O exercício 2009 da SNDEL apresenta os seguintes resultados, enquanto metas físicas e financeiras, destacadas nos quadros a seguir:

METAS FÍSICAS

Código da Ação	Previsto	Empenhado	Realizado (pago)	Indicador
8497	01	05	01	Obra editada
2426	30	22	04	Pesquisa realizada
2428	09	04	04	Evento realizado
2448	04	04	01	Instituição apoiada
2667	418.572	833.155	291.200	Pessoa beneficiada
2C60	57.440	279.224	227.200	Pessoa beneficiada
8473	12	02	02	Evento realizado
8284	350	06	1101	Município atendido
2494	20	01	27	Etnia beneficiada
06422145388530001	875.368	138.350	47.997	Pessoa beneficiada

8497 - Concessão de Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo de Lazer – Nacional;

2426 - Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e de Lazer – Rede Cedes;

2428 - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos Voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e de Lazer – Nacional;

2448 – Sistema de Documentação e Informação do Ministério do Esporte - CEDIME

2667 - Funcionamento de Núcleos de Esporte e Lazer – Nacional;

2C60 - Desenvolvimento de Atividades Esportivas Recreativas e de Lazer a Pessoas Adultas e Idosas -Vida Saudável – Nacional;

8473 - Promoção de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e de Lazer – Nacional;

8284 - Desenvolvimento do Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e Lazer – Nacional;

2494 - Realização dos Jogos dos Povos Indígenas;

06422145388530001 - PRONASCI/PELC

METAS FINANCEIRAS

Código	Nome da ação	Previsão inicial LOA 2009	Empenhos	Valores Pagos	%
2272	Gestão e Administração do Programa	400.000	391.559,37	381.963,46	97,88
2426	Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES	1.000.000	874.417,29	143.062,00	87,44
2428	Promoção de eventos científicos e tecnológicos voltados ao desenvolvimento de políticas sociais do esporte recreativo e de lazer	270.000	237.321,00	237.321,00	87,90
2448	Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte - CEDIME	200.000	86.700,00	4.875,00	43,35
2494	Realização dos Jogos dos Povos indígenas	100.000	1.000.000,00	1.000.000,00	100
2667	Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer	32.008.000	17.704.563,12	1.334.472,86	55,31
2C60	Desenvolvimento de atividades esportivas recreativas e de lazer a pessoas adultas e idosas - Vida Saudável	2.820.000	1.907.699,17	659.108,05	67,65
4641	Publicidade de utilidade publica	1.400.000	1.650.000,00	369.950,69	100
8284	Desenvolvimento do Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e do Lazer	350.000	281.370,71	223.362,37	80,40
8473	Promoção de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e do Lazer	1.070.000	150.000,00	150.000,00	14,00
8497	Concessão de Prêmio de Literatura do Esporte Recreativo e do Lazer	100.000	97.981,77	7.990,00	97,98
TOTAL (R\$)		39.718.000	24.381.612,43	4.512.105,43	61,38

* A ação 5450 é de responsabilidade da Secretaria Executiva, e não foi somada neste quadro.

2.4.5 Indicadores de desempenho

A seguir apresentamos o indicador documentado no SIGPLAN para a SNDEL, a saber:

I. Indicador:

Taxa de atendimento da demanda por esporte recreativo e de lazer, às pessoas em situação de vulnerabilidade social, elaborado em consonância com o PNAD/IBGE.

II. Tipo: finalístico

III. Fórmula de cálculo:

Número de pessoas atendidas-beneficiadas no programa DIVIDIDO PELO n° de pessoas das famílias com renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* e sem rendimento.

IV. Método de aferição:

Foi utilizado para cálculo da taxa de cobertura, o indicador do PNAD/IBGE 2006 o qual aponta 43.334.459 pessoas em famílias com renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* e sem rendimento.

V. Área responsável pelo cálculo ou medição:

Departamento de Políticas Sociais

VI. Resultado do indicador no exercício:

Dividindo-se o número de beneficiados pelo Programa (considerando convênios pagos e empenhados), nas ações de funcionamento de núcleos – 971.505 beneficiados - pelo número de pessoas das famílias contempladas no indicador de núcleo – 43.334.459 - chegamos a uma taxa de cobertura de 2,24%.

As justificativas para este índice incluem: o menor orçamento nacional para a ação, o contingenciamento orçamentário, e diversos pleitos de emendas não puderam ser empenhados, pois os processos não foram finalizados a tempo.

Neste sentido, podemos considerar o resultado de 2009 como positivo no que diz respeito ao orçamento empenhado, pois, apesar da limitação imposta pelo próprio indicador, ao referir-se a apenas duas ações do Programa, a cobertura é significativa.

VII. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido nesse indicador:

Inicialmente, avaliamos que o indicador atual não dá conta de monitorar o processo e os resultados das ações do Programa. Possivelmente sua escolha venha se dando por permitir o uso de informações georreferenciadas, que sinalizam uma possibilidade de observação e mensuração dos resultados.

No entanto, avaliação realizada mostra que esse indicador não é suficiente para avaliar as ações genéricas e diversificadas realizadas pelo Programa. Por isso, tem se mostrado inadequado para avaliar e orientar as tomadas de decisões a respeito do Programa.

Neste sentido, podemos considerar o resultado de 2009 como positivo, no que diz respeito ao orçamento empenhado, pois apresenta um crescimento significativo em relação à 2007. O resultado de 2009 poderia ter sido mais positivo, no que diz respeito

ao orçamento empenhado, se não tivéssemos enfrentado o contingenciamento orçamentário que fez com que o resultado fosse inferior a 2008. Ressaltamos que este montante não aparece refletido no resultado das metas físicas, pela instituição de uma nova unidade de medida adotada para definir o número de beneficiados.

VIII. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas do insucesso nesse indicador e responsáveis:

Enquanto principal ajuste estratégico para o Programa, considerando que os escassos recursos para ele disponibilizados, não dão conta do atendimento de um percentual significativo do público alvo, é reavaliar o indicador do Programa, de forma a torná-lo mais abrangente, envolvendo e qualificando todas as ações do programa. Outra estratégia é qualificar cada vez mais as demandas para garantir o fortalecimento de redes de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social, formadas por agentes, gestores e usuários do Programa.

Reafirmamos, uma vez mais, a necessidade da revisão do indicador do Programa. Como já identificado em relatórios anteriores, esse indicador não consegue dialogar com toda a diversidade de ações que o programa 1250 - Esporte e Lazer da Cidade. Além disso, a SNDEL tinha a informação da não aceitação de vários indicadores para um mesmo Programa.

Em decorrência desta necessidade, em 2008 foi encaminhada uma contratação, pelo PNUD, de uma consultoria para analisar as ações e o planejamento da SNDEL, construindo uma proposta de indicadores que contemplem o Programa PELC, e definindo instrumentos de aferição de seus resultados. Esta iniciativa foi decorrente do Seminário realizado em novembro, com a SNDEL e a Secretaria de Planejamento, para avaliação e validação do Modelo Lógico do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

O resultado desta consultoria apresentou parâmetros para a definição de indicadores referentes às várias ações da SNDEL além dos indicadores de gestão interna, quais sejam:

1. Indicador de gestão;
2. Índice de fomento a pesquisa;
3. Indicador de difusão e uso da base de informação da Rede CEDES;
4. Indicador de produção científica;
5. Indicador de qualidade na promoção de eventos científicos;
6. Indicador de volume do material produzido;
7. Indicador de fomento ao desenvolvimento de políticas públicas;
8. Indicador de qualidade do PELC;
9. Indicador de investimento per capto;
10. Índice de performance dos núcleos do PELC;
11. Indicador de popularidade do PELC;
12. Indicador de prospecção tecnológica do PELC;
13. Indicador de investimento em formação e conhecimento;
14. Indicador de fomento a informação sobre a produção científica e tecnológica de esporte e lazer;
15. Indicador de impacto da infra-estrutura de esporte e lazer;
16. Indicador infométrico – CEDIME;
17. Indicador de eventos projetados nos Jogos dos Povos Indígenas;
18. Indicador de participação indígena.

Há que se pensar no processo de implementação dos INDICADORES, ao que denominamos primeira etapa da Gestão de Indicadores, sempre considerando sua efetiva contribuição com o processo e suporte para tomada de decisões. A implementação dos indicadores exige sua estruturação metodológica, sua divulgação interna e todo um contexto de adequação do processo, ou processos, aos quais se quer mensurar a eficácia e/ou eficiência.

Observamos com esta consultoria que o processo de Gestão de Indicadores necessita do estabelecimento de Diretrizes do Planejamento Estratégico do Ministério

do Esporte, o qual permite orientar a estruturação do Plano Tático da SNDEL. Esse trabalho é fundamental para orientar as ações necessárias ao controle dos indicadores, e justifica, em primeira instância, a necessidade de medir para constatar e se posicionar o atual estágio de maturação do PELC junto à SNDEL, bem como, determinar elementos de feedback para futuros estágios de percepção estratégica do Ministério do Esporte.

Fato não menos importante é considerar um novo modelo de gestão pautado na perspectiva de alavancar o negócio da SNDEL através da Gestão do Conhecimento e suas ferramentas de consolidação do aprendizado organizacional. Não podemos deixar de considerar a necessidade de consubstanciar as ações da SNDEL com contextos da Gestão da Informação, estruturada para identificar, coletar, armazenar e distribuir a informação, no momento adequado da lacuna de informação, e para o agente ou usuário que, efetivamente, necessite da informação dentro do modelo de comunicação e do fluxo informacional/processual, que o mesmo consiga absorver e manifestar seu nível de receptividade e entendimento da mensagem recebida. A competência de gerir a informação levará a necessidade de avaliar e alterar os processos de negócio, aspecto que exige maior primazia, em especial, para a implantação de um sistema informatizado (plataforma) de gestão e avaliação adequado às necessidades de mudança que um processo de tal monta pode requerer.

O espectro de INDICADORES apresentados até aqui determinam em si um contexto de partida, que necessita ser validado e consolidado com apoio de participação dos envolvidos no processo, em especial dos responsáveis pela instância Tática de todo o processo na SNDEL. Oportuno ressaltar que esta orientação inicial traz em si a necessidade de determinar um efetivo processo de Gestão de Indicadores, que se mantenha na estrutura organizacional da SNDEL, de tal sorte que esta atribuição não esteja vinculada as ações inerentes de cada área, mas, sim, que determine a apropriação de profissionais.

Para tanto, os indicadores serão implementados conforme sua possibilidade, sendo conferidos pesos para cada uma das ações que seriam multiplicados ao valor absoluto de cada indicador, e o montante dos valores apurados aglutinados para se retirar a média dos indicadores por diretriz, e por conseguinte a formatação do Indicador que será repassado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Finanças para consolidar a ação junto ao PPA de cada ano. Esse processo exige, contudo, um planejamento detalhado para sua implementação, vez que estamos procurando determinar em quanto o PELC responde aos objetivos da Ação de cunho estratégico junto ao setor de Planejamento do Governo Federal.

Outro Projeto em andamento está sendo desenvolvido pela PUC de Minas Gerais onde através de pesquisa avaliativa dos programas PELC/ Núcleo e 2ª Tempo serão apontados parâmetros para elaboração de indicadores quanti e quali para os dois Programas do Ministério do Esporte.

Em 2009 os mecanismos utilizados para monitoramento sobre o desempenho físico e financeiro das ações foram:

- fiscalização permanente da alocação dos recursos de acordo com o planejado;
- cadastramento da instituição proponente e do pleito no SICONV;
- acompanhamento do status do processo via GPROD;
- utilização do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN);
- relatório de gestão estruturado em modelo do Tribunal de Contas da União;
- atendimento pelas demandas apresentadas via ouvidoria;
- qualificação das Entidades de Controle Social que participam do Programa.

2.4.6 Análise de desempenho

➤ **EFICIÊNCIA:**

É tratada como a relação entre as variáveis que integram a estimativa da **receita orçamentária** do Programa e **sua realização**, considerando-se a capacidade de cobrir os custos dos insumos empregados em um determinado período de tempo, para a execução dos programas de governo e de trabalho. O resultado expressa o **índice de realização das receitas orçamentárias**. Assim, tratada quantitativamente como a relação entre as variáveis que integram a estimativa da receita orçamentária do programa e sua realização e qualitativamente nos aspectos de “como” se deu o processo de trabalho.

Desta maneira, a análise geral das ações do Programa, em termos orçamentários/financeiros, mostra que a gestão teve um índice de eficiência média de 61,38 % se considerados os valores empenhados e pagos, em relação ao previsto. Valores que representam mais diretamente o esforço específico da Unidade Gestora para propiciar condições de demanda, condições internas de serviço, articulações internas e externas que possibilitaram este nível de execução financeira.

Este índice sofreu influência de um fator pontual ocorrido em 2009: o contingenciamento.

As principais dificuldades encontradas no pagamento para a efetivação das ações se dão pela demora em liberação financeira ao ME, nas descentralizações de crédito e no reduzido espaço de tempo para pagamento dos convênios. Isto é causado pelas dificuldades de elaboração e cumprimento das exigências por parte das entidades aprovadas nos editais, pelos entraves internos de limite de pessoal dos setores responsáveis pela tramitação dos pleitos e pelo fator já apontado – o contingenciamento.

Além dos aspectos já mencionados, a significativa diferença entre o “empenhado” e o “pago” nas metas financeiras aponta para a necessidade de

melhoria, especialmente, quanto aos aspectos internos de gerenciamento do Programa, qualificando e aprimorando a equipe responsável, tanto na SNDEL quanto nos demais setores do Ministério, tornando-a mais eficiente, no sentido: da comunicação com as entidades; da universalização dos procedimentos e informações; da agilização e qualificação dos trâmites internos; e da coleta, sistematização, avaliação e socialização dos dados.

Tal situação torna premente a necessidade da implementação de um sistema de monitoramento de todos os processos, aliado a mudanças substanciais na gestão e na infra-estrutura digital, de comunicação, jurídica e financeira, demandadas pelo plano estratégico da SNDEL.

Quanto à capacidade do Programa de cobrir os custos das ações é possível perceber que a eficiência é muito boa. Cada ação tem seu produto e unidade de medida específica, o que dificulta este cálculo.

A formação de agentes de esporte e lazer é uma ação que aumenta a eficiência, pois permite a qualificação do trabalhador envolvido nos municípios e núcleos do Esporte e Lazer da Cidade. Cabe salientar que, levando em conta os convênios pagos e em vigência/execução, oportunizando a capacitação de mais de 8.000 pessoas, em eventos e ações de formação.

➤ **EFICÁCIA:**

Representa o **grau de alcance das metas programadas** em um determinado período de tempo. A avaliação da gestão do Programa é estruturada pela ótica física da **variação** entre o **planejado e o realizado**, em cada ação, além de analisar os efeitos no ambiente externo, gerados pelo interno.

A variação aponta para possibilidades de melhoria entre o planejado e o realizado, tanto física quanto financeiramente, para que se alcance a execução 100% desejada. No entanto, se analisados aspectos gerais, observamos que em 2009 houve a ampliação da capilaridade nas ações do DCTEC do Programa e do número de regiões, estados e, conseqüentemente, municípios brasileiros envolvidos.

Podemos concluir, também, que o Programa cumpriu com essa categoria, se considerado o permanente movimento de parceiras locais, estabelecidas pelas entidades conveniadas, junto a ONG's, associações comunitárias de bairro, entidades esportivas, religiosas e educacionais, bem como as secretarias municipais e estaduais de áreas afins (Educação, Assistência Social, Saúde, Segurança etc.).

Cabe destacar que as ações de “Implantação e Funcionamento de Centros de Estudos de Esporte Recreativo e de Lazer – Rede CEDES”; “Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos”; e “Edição e Distribuição de Material Técnico e Científico”, na maior parte dos casos, são desenvolvidas com repasse de recursos a Instituições de Ensino Superior, públicas federais, ou seja, através de descentralização de crédito, o que justifica a diferença entre a execução das metas físicas e financeiras. Se forem considerados os convênios firmados e que estão em execução, pelas descentralizações de crédito, veremos que a eficiência é muito superior à observada nos dados do SIGPLAN e SIAFI.

Além disso, considera-se, na presente avaliação, como resultado de eficácia do Programa o fato de que todas as ações desenvolvidas pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte contribuíram, significativamente, para a legitimidade da Rede CEDES, crescentemente reconhecida como instrumento político de produção, registro e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos fundamentais para a qualificação de políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social.

Deste ponto de vista, podem ser estabelecidas correlações importantes dos

efeitos e esforços empreendidos para obtenção dos resultados alcançados. Com isso, há uma otimização do montante dos recursos envolvidos, principalmente, para as ações de “Funcionamento de Núcleos”, realização da ação de “Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos” a partir do momento que se considera a análise da relação entre custo e cumprimento de metas quantitativas e qualitativas das ações.

Noutro sentido, o resultado financeiro do fomento à pesquisa revelou que a mesma somente será plenamente realizada em 2009, uma vez que a maioria dos convênios estabelecidos somente foi iniciada no final do segundo semestre de 2008. Nesse sentido, há necessidade de melhoria de índices de realização orçamentária com eficaz uso dos recursos empenhados.

Quanto aos eventos, as taxas de execução das metas física e orçamentária, apesar de serem significativas, não demonstram outras conquistas importantes para analisarmos a eficácia desta ação. Ou seja, tratam de eventos apoiados pelo ME por meio de ações conveniadas.

➤ **EFETIVIDADE:**

Tratada como **relação entre os resultados, com observância aos impactos, considerando as variáveis externas**, a efetividade objetiva é o critério de aferição da mudança quantitativa entre o antes e o depois da execução da ação, considera aspectos objetivos e mensuráveis. A efetividade subjetiva se refere às mudanças comportamentais, crenças e valores. A efetividade substantiva individual ou social valida às mudanças mais qualitativas e duradouras nas condições sociais de vida dos beneficiados das ações políticas. A efetividade social ou o impacto tem como lócus o território ou o contexto social. Justifica-se sua importância por ser ela que afere o proveito que as populações, grupos, comunidades ou segmentos obtiveram com os investimentos políticos realizados.

A efetividade é, pois, a verificação do impacto (efeito) da ação na população alvo comparando a situação inicial ou anterior ao projeto e a situação e determinada fase. Para isso é necessário estabelecer um marco causal entre a ação e as mudanças ocorridas.

Neste sentido, o Programa vem atingindo suas metas, enquanto execução de seus convênios, alcançando uma significativa efetividade social, haja vista o diálogo e a interação local com outras políticas governamentais. Como resultado efetivo neste sentido foi consolidada, em 2009, uma ação articulada junto ao MEC, através do Programa Mais Educação, junto ao Ministério da Justiça, através do PRONASCI, possibilitando mudança nas ações apresentadas a partir do potencial cultural local, com a participação dos mais diversos setores sociais, tanto no que diz respeito à representação de segmentos (infância, juventude, adulto, idoso e Portadores de Necessidades Especiais) como de organizações sociais (movimentos organizados, associações, grupo de jovens, grupos culturais etc.).

Além disso, a ação Vida Saudável prevê o desenvolvimento de atividades esportivas recreativas e de lazer específicas a pessoas adultas e idosas. Conseqüentemente, o Programa caminha ao encontro das necessidades sociais, principalmente, dos segmentos mais carentes de ações sociais qualificadas em nosso País.

Cabe destacar aqui o fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social que vinham se desenvolvendo em parte significativa das entidades conveniadas (sobretudo aquelas do poder público municipal), qualificando o papel do gestor local e dos agentes, junto às comunidades atendidas e alterando, de maneira significativa, a forma como os gestores locais vêm construindo o conceito de Política Pública de Esporte e Lazer.

Por sua vez, a avaliação da efetividade da Rede CEDES considera como “recorte” universidades integradas à Rede desde sua criação versus mudanças quanto ao número de IES envolvidas, no de pesquisadores e bolsistas envolvidos. Assim, a Rede consolidou a integração de 59 Instituições de Ensino Superior, 90 Grupos de pesquisa, 90 pesquisadores coordenadores de estudos, 280 pesquisadores participantes e 304 bolsistas, entre alunos de Graduação e Pós-Graduação, nas 23 pesquisas apoiadas em 2009.

Em relação ao desempenho geral do Programa pode-se afirmar que o mesmo vem cumprindo significativamente a meta de contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e de lazer no país, apesar de ainda contar com escassos recursos financeiros e de pessoal. A questão da elaboração e aplicação de indicadores que reflitam, de maneira mais fiel, a realidade das ações do Programa, continua sendo um desafio que estamos tentando superar.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Celetistas	X	X	X
Cargos de livre provimento	23	21	28
Terceirizados	07	07	10
Total	30	28	38

Sobre a composição de recursos humanos:

- Há necessidade de outros recursos humanos nesta Secretaria, pois o número atual fica sobrecarregado de tarefas e limita as possibilidades de ação em todas as áreas.

COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2007, 2008 E 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	07					
2008	08					
2009	09					
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	12					
2008	12					
2009	10					
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	--					
2008	02					
2009	01					

Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	06					
2008	05					
2009	05					

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007			08				--	
2008			08				01	
2009			07				03	

SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER - SNDEL

NOME	SITUAÇÃO	CARGO	ORIGEM/ÓRGÃO/EMPRESA
REJANE PENNA RODRIGUES	REQUISITADA	SECRETÁRIA – 101.6	SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE/RS
IRACI PEREIRA	S/V	COORDENADOR – 101.3	ME
CRISTIANE DE CASTRO DA CRUZ	S/V	COORDENADOR – 101.3	ME
ALECSANDRA MECEDO FERREIRA NUNES	S/V	ASSISTENTE – 102.2	ME
ALINE LEOCÁDIO DE LIMA	S/V	ASSISTENTE – 102.2	ME
FÁBIO JESUS DE SOUZA	S/V	ASSISTENTE TÉCNICO – 102.1	ME
ALDENORA ANDRADE RAMALHO	QUADRO	ASSISTENTE TÉCNICO – 102.1	ME
ALISSON VALENTIM PEREIRA DE SOUZA	S/V	ASSISTENTE TÉCNICO – 102.1	ME
PAULO HENRIQUE MIOTTI DE OLIVEIRA	QUADRO	TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	ME
LARISSA MIRANDA BRAGA	QUADRO	TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	ME
ANA CAROLINA SILVEIRA VASCONCELOS	QUADRO	TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	ME
ROGÉRIO GEDEON DE ARAÚJO	QUADRO	TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	ME
CRISTINA CALDEIRA DE ARAÚJO COUTINHO	QUADRO	TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR	ME

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE E DE LAZER

NOME	SITUAÇÃO	CARGO	ORIGEM/ÓRGÃO/EMPRESA
CLÁUDIA REGINA BONALUME	REQUISITADA	DIRETOR – 101.5	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/RS

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE E DE LAZER

NOME	SITUAÇÃO	CARGO	ORIGEM/ÓRGÃO/EMPRESA
LUIZ ROBERTO MALHEIROS DE ARAÚJO	REQUISITADO	COORDENADOR-GERAL – 101.4	PREFEITURA/NITERÓI
MARIO DUTRA AMARAL	REQUISITADO	COORDENADOR – 101.3	GDF
MARILETE RIBEIRO DE CARVALHO	S/V	ASSISTENTE – 102.2	ME

COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO, CAPACITAÇÃO E EVENTOS ESPORTIVOS

NOME	SITUAÇÃO	CARGO	ORIGEM/ÓRGÃO/EMPRESA
ELIZABETE MARIA BARBEITA MARINHO	QUADRO	ASSISTENTE – 102.2	ME
ANA MARIA DE SOUZA DORNELAS	QUADRO	ASSISTENTE – 102.2	ME

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPORTE

NOME	SITUAÇÃO	CARGO	ORIGEM/ÓRGÃO/EMPRESA
LEILA MIRTES SANTOS DE MAGALHÃES	S/V	DIRETOR – 101.5	ME
LUZIA DE MARIA VASCONCELOS LEAL	QUADRO	ASSISTENTE – 102.2	ME
MURIEL DE CARVALHO PLAUTZ	S/V	ASSISTENTE - 102.2	ME
HERALDO GOMES CABRAL	S/V	ASSISTENTE TÉCNICO – 102.1	ME

COORDENAÇÃO-GERAL DE FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO ESPORTIVO

NOME	SITUAÇÃO	CARGO	ORIGEM/ÓRGÃO/EMPRESA
MARIA LEONOR BRENNER CEIA RAMOS	REQUISITADA	COORDENADOR-GERAL – 101.4	PREFEITURA MUNICIPAL/ PORTO ALEGRE

COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA, COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO

NOME	SITUAÇÃO	CARGO	ORIGEM/ÓRGÃO/EMPRESA
PATRÍCIA ZINGONI MACHADO DE MORAIS	REQUISITADA	COORDENADOR-GERAL – 101.4	PREFEITURA MUNICIPAL/BH

4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS – Não se aplica

5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

SNDEL Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009				
				R\$ 1
Restos a pagar processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	28.073	-	28.073	-
2007	69.244	13.056	47.052	9.136
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	14.764.556	1.259.473	11.887.131	1.617.952
2007	5.852.594	1.177.720	527.302	4.147.573

Fonte: SIAFI

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO - Não se aplica

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA - Não se aplica

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS - Não se aplica

9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS - Não se aplica

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS - Não se aplica

11A. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - Não se aplica

11B. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU - Não se aplica

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO – Não se aplica

13. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV – Não se aplica

14. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO – Não se aplica

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO – Não se aplica

16. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS - Não se aplica